PLANO DE AÇÃO POPULAR DO CPX

AGENDA 2030

COMPLEXO DO ALEMÃO
RIO DE JANEIRO - RJ
BRASIL
2022

PLANO DE AÇÃO
POPULAR
DO CPX

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Plano de Ação Popular do CPX : Agenda 2030 / [organização Alan Brum Pinheiro, Samantha Sales Dias]. -- Rio de Janeiro : Instituto Raízes em Movimento, 2022.

ISBN 978-65-999330-0-4

1. Complexo do Alemão (Favela) 2. Desenvolvimento social 3. Favelas - Aspectos sociais - Rio de Janeiro (RJ) 4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5. Planejamento urbano - Brasil 6. Políticas públicas - Planejamento 7. Políticas sociais I. Pinheiro, Alan Brum. II. Dias, Samantha Sales.

22-137010 CDD-351.098153

Índices para catálogo sistemático:

1. Plano de Ação Popular do CPX : Rio de Janeiro : Cidade : Políticas públicas : Administração pública 351.098153

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Apoio para impressão

SUMÁRIO

Apresentação 6

O que são Políticas Públicas 7

O Plano de Ação Popular do CPX 8

O Complexo do Alemão 11

PROPOSTAS POR EIXOS TEMÁTICOS

1. Saneamento Básico 12

2. Juventudes 20

3. Meio Ambiente 28

4. Esportes 34

5. Mobilidade 42

6. Saúde 50

7. Mulheres na linha de frente 58

8. Segurança Pública 68

9. Educação 80

10. População LGBTI+ 90

11. Habitação 100

Ficha Técnica 106

Uma Produção Coletiva 107

APRESENTAÇÃO

As Favelas têm um histórico de lutas desde sua gênese, com ações autônomas de moradoras(es) e incidências políticas constantes. Contudo, são marcadas também por um histórico de dívida social do poder público junto às populações faveladas. As políticas públicas voltadas para as Favelas são, em sua grande maioria, elaboradas em gabinetes, excluindo dos processos decisórios as pessoas impactadas por essas intervenções. Durante muito tempo, a relação das Favelas com o poder público foi de subalternidade, imposta por este, e as ações governamentais nesses territórios foram, e são, de controle e determinação, induzindo moradoras(es) à passividade. Mas os tempos são outros. A Favela sempre resistiu e, ao mesmo tempo, construiu seu espaço, sobrevivendo, se impondo e exigindo o protagonismo que lhe pertence, sobretudo com respeito à história e à memória da vida cotidiana. Sua sociabilidade do espaço vivido engrossou o caldo cultural próprio de quem teve que criar alternativas (gambiarras) para sobreviver ao abandono histórico dos direitos mais básicos que pudessem garantir o mínimo de dignidade humana. Considerando a memória e a história favelada, bem como a atual conjuntura política, faz-se necessário radicalizar a democracia e os espaços de participação direta, principalmente das populações mais vulnerabilizadas. Mas estamos falando de uma participação efetiva que se traduza em ações, e não de espaços de pseudoparticipação com duplos monólogos no lugar de diálogos entre a Favela e o poder público.

Nesse sentido, as Favelas têm produzido novos quadros com pessoas qualificadas técnica e academicamente, assim como novos conhecimentos a partir do diálogo com conhecimentos populares de vivências, determinando seu protagonismo na construção de um ambiente com melhores condições sociais.

O percurso de construção deste Plano de Ação Popular do CPX reflete esse cenário e parte significativamente da luta pela exigibilidade de direitos para as Favelas. Esta agenda traz as especificidades do Complexo do Alemão, mas também apresenta elementos pensados em conjunto com outras Favelas e que são de interesse social muito mais amplo.

Esperamos que esse caminhar até aqui seja apenas parte de uma estrada a percorrer para o alcance do objetivo maior de uma sociedade mais justa e igualitária, valorizando a dignidade humana. Esperamos poder, além de sobreviver, viver.

Organizadores
Alan Brum Pinheiro
Samantha Sales Dias

O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?

Políticas públicas são ações construídas pelo Estado para resolver problemas públicos e atender às diversas necessidades da população. Todas e todos somos afetadas(os), em maior ou menor grau, pela ausência ou insuficiência de políticas públicas. Para que elas sejam efetivas, **é fundamental que sejam construídas com participação popular**. São as pessoas comuns que conhecem a realidade dos lugares em que moram, **especialmente nas favelas**, onde os dados oficiais não traduzem a realidade da vida cotidiana. Por isso, apenas essas pessoas podem identificar as demandas e dizer às esferas governamentais o que precisa ser feito para garantir seus direitos e seu bem-estar.

E não basta apenas apresentar as demandas! É preciso que a população participe dos processos decisórios, de implementação e de avaliação das políticas criadas. A fiscalização é fundamental para manter as políticas existentes funcionando e garantir que os direitos sejam efetivados.

O PLANO DE AÇÃO POPULAR DO CPX

Para a construção deste Plano de Ação Popular do CPX, buscamos entender, junto com organizações locais, as demandas das(os) moradoras(es) do território. Fizemos um intenso trabalho coletivo, a partir de um acúmulo histórico de articulação e lutas, para identificar problemas enfrentados pela população e levantar soluções. **Nosso objetivo foi consolidar uma agenda de políticas públicas para o bairro e fazer uma movimentação de incidência política** com atores do Legislativo e do Executivo e, de forma mais geral, com toda a sociedade, articulando problemas e potencialidades do território com questões de interesse social muito mais amplo.

Durante todo o percurso de construção do Plano, ficou evidente que ele se transformava em uma **ferramenta política fundamental também para a comunidade**: coletivamente, fortalecemos as organizações locais, construímos relações e afetos e conhecemos melhor o nosso território.

O Plano tem o apoio da Agência do Bem, da Casa Fluminense, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e do Fundo das Populações das Nações Unidas (UNFPA), por meio de seu edital "Nas Trilhas do Cairo".

O PERCURSO DE CONSTRUÇÃO

O Plano é **resultado da articulação de organizações e lideranças locais que há muitas décadas lutam por melhorias no território**. Sua construção começou em 2021, mas, por conta da pandemia de Covid-19, precisou ser adiado para 2022.

Dois projetos foram fundamentais para que ele fosse possível. O primeiro foi o **Projeto Juventudes em Movimento**, realizado entre 2018 e 2020 por meio de uma parceria entre o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e o Instituto Raízes em Movimento, com apoio do International Development Research Center (IDRC). A pesquisa teve participação direta de 13 jovens moradoras(es) de diferentes favelas do território e seus resultados foram publicados em livro em 2020. O segundo projeto foi o **curso História e Memória do Complexo do Alemão**, promovido pelo Instituto Raízes em Movimento, a partir do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Complexo do Alemão (CEPEDOCA). **Esses dois projetos evidenciaram o olhar de moradoras(es) do território**

sobre sua realidade. As informações levantadas qualificam os argumentos para a disputa cidadã e democrática e são importantes formas de contribuir para a luta de moradoras(es) de favelas.

Ao longo do percurso de construção, fizemos: articulação com as organizações locais, reuniões de concepção e planejamento, reuniões de capacitação no Ibase, nove encontros temáticos e uma mobilização itinerante no bairro, por meio da qual pudemos ouvir e registrar as demandas de pessoas que transitavam pelas ruas. Além disso, realizamos o **Fórum Popular do Complexo do Alemão**, em 10 de setembro de 2022, na Vila Olímpica Jorginho da SOS, onde consolidamos a agenda construída nos encontros temáticos.

Os nove encontros foram realizados entre maio e setembro de 2022 — os detalhes sobre cada um deles podem ser encontrados nas seções deste documento. Os encontros foram desenvolvidos a partir do formato do **projeto Vamos Desenrolar**. Para orientar o debate, convidamos sempre duas pessoas: uma professora, pesquisadora e/ou educadora e uma moradora do Complexo. Havia também sempre alguém para mediar o debate. Seguindo a dinâmica do Vamos Desenrolar, **os encontros eram uma espécie de ágora contemporânea e ocorreram em diferentes espaços do território**. Em todos eles, as(os) convidadas(os) apresentavam suas reflexões e, a partir disso, as(os) participantes começavam a conversa, o ***desenrolo***, debatendo problemas e chegando conjuntamente a soluções para desenvolver o bairro e melhorar a qualidade de vida da população.

O Plano de Ação Popular do CPX apresenta os problemas enfrentados pela população do bairro, mas também destaca as enormes potencialidades do território e da população local. Ele reforça que **moradoras(es) de favelas sempre foram protagonistas de suas histórias, produzem dados e conhecimentos sobre sua realidade e exigem que as ações voltadas para a favela sejam pensadas e efetivadas a partir dela, e não mais de fora para dentro**.

O VAMOS DESENROLAR

O Vamos Desenrolar é uma ação do Raízes em Movimento, articulada ao CEPEDOCA, voltada para a construção de uma unidade de registro da história do Complexo do Alemão e de sua articulação com a cidade, com a produção de um acervo e a realização de pesquisas históricas e de memória sobre o bairro. O projeto, que vem sendo desenvolvido desde 2013, tem o objetivo de produzir um saber articulado entre o conhecimento técnico/acadêmico e o conhecimento popular sobre o bairro, mas iluminando questões e temas mais gerais que perpassam a cidade.

AS MULHERES NA LINHA DE FRENTE

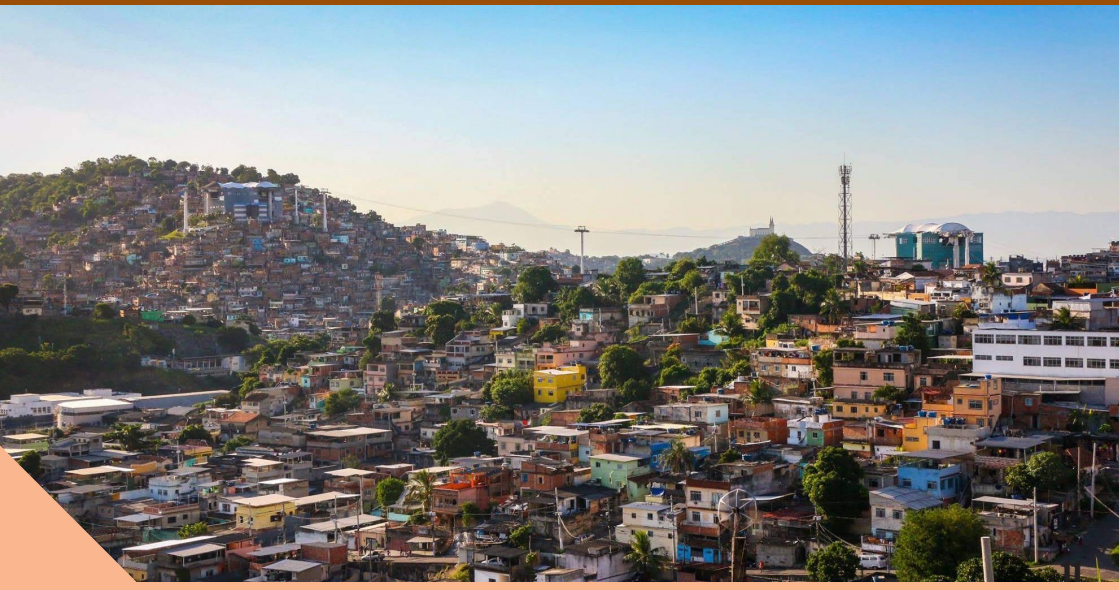
Entendendo a importância das mulheres para as tomadas de decisão, seja em âmbito local ou mais geral, e reconhecendo a sobrecarga de cuidado e trabalho que recai sobre elas, em especial sobre as moradoras de favelas, **defendemos que as políticas públicas não podem ser construídas sem as mulheres**. Em todo o percurso de construção deste Plano, elas compareceram em peso e foram fundamentais, desde sua participação no planejamento e execução das atividades até o seu trabalho ativo na mobilização itinerante, no fornecimento e preparo dos alimentos e na limpeza. As mulheres devem ter protagonismo na luta política. **A transformação social não é possível sem o debate sobre justiça racial e de gênero**.

O COMPLEXO DO ALEMÃO

O Complexo do Alemão é um bairro que abriga um dos maiores conjuntos de favelas da Zona Norte do Rio de Janeiro e tem seus limites misturados com outros bairros da região, como Ramos, Higienópolis, Olaria, Penha, Inhaúma e Bonsucesso. Ele foi erguido sobre a Serra da Misericórdia, em uma região rural da Zona da Leopoldina, e é caracterizado por ser uma região de morros e nascentes. Restam poucas áreas verdes na região, apesar dos esforços de preservação empreendidos por organizações locais. Boa parte da serra foi destruída devido às atividades das pedreiras, muito comuns a partir da segunda metade do século XX e ainda hoje atuantes na região.

Segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de desenvolvimento humano do CPX era 0,711, o 126º e último colocado da cidade do Rio de Janeiro. Naquele ano, a população do bairro era de cerca de 65 mil habitantes, número contestado por moradoras(es), que sabem que a área é muito mais populosa.

A **heterogeneidade do território**, com suas várias favelas com históricos de ocupações e dinâmicas sociais distintas, nos informa muito sobre a história política e urbana do Rio de Janeiro e sobre as intervenções do poder público em áreas de favela.



1. SANEAMENTO BÁSICO

Não há, no texto constitucional, uma menção explícita ao direito ao saneamento básico. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 2, de 2016, em tramitação no Congresso, visa alterar o art. 6º da Constituição da República, para incluir, entre os direitos sociais, o direito ao saneamento básico.

"Falar em saneamento básico é falar em vida. Estamos falando de saúde pública"

— Stelberto Soares, engenheiro civil e sanitarista da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)

POR QUE CONSTRUIR POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO?

Políticas públicas de saneamento básico são formuladas para garantir que as pessoas tenham acesso a água potável e esgotamento sanitário. Além disso, dizem respeito à limpeza urbana e à coleta e gestão dos resíduos sólidos e das águas pluviais. **Nas favelas e periferias, as pessoas historicamente sofrem com a falta de saneamento, e a luta por sua garantia se entrelaça com as histórias de articulação comunitária**. Sem poder contar com o Estado, moradoras(es) sempre precisaram se organizar para suprir essa falta. Como mostra Rute Imanishi Rodrigues, no livro *Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão*, de 2016, as redes de água no Complexo do Alemão começaram a ser construídas na década de 1960 e, nos anos 1970, algumas associações de moradores, como a de moradoras(es) do reservatório de Ramos e do Alto Florestal, foram criadas a partir da mobilização para administrar a água nos territórios das favelas.

Hoje, 50 anos depois, as lutas por saneamento básico ainda são necessárias e urgentes. A questão não é simplesmente de infraestrutura, mas diz respeito ao meio ambiente e à saúde pública. **Muitas(os) moradoras(es) estão em condi-**

1. SANEAMENTO BÁSICO

ção de vulnerabilidade socioambiental, pois os rios das quatro sub-bacias da Baía de Guanabara, cujo divisor é o maciço da Serra da Misericórdia, estão em estágio avançado de contaminação e assoreamento devido à falta de saneamento. Sabe-se que a má qualidade da água nas favelas faz com que doenças diarreicas, respiratórias e de pele ainda sejam muito frequentes, afetando a qualidade de vida das pessoas e pressionando o atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

A pandemia de Covid-19 agravou ainda mais essa situação. Muitas das medidas para impedir a transmissão do novo coronavírus, como a limpeza das mãos e das máscaras de pano, dependiam do acesso à água tratada. Moradoras(es) do Complexo do Alemão e de outras favelas do país denunciavam nos jornais e nas redes sociais suas torneiras secas e suas técnicas para economizar a pouca água a que tinham acesso, evidenciando uma situação ainda maior de contágio e risco de morte.

A LUTA POR SANEAMENTO BÁSICO NO CPX

Para a construção de uma agenda de políticas públicas, é fundamental considerar que **as informações oficiais de saneamento produzidas sobre as favelas vêm sendo questionadas por diversos movimentos e organizações comunitárias** por não traduzirem a realidade da vida cotidiana. Em rodas de conversa recentes organizadas no Complexo do Alemão, presidentes de associações de moradores, membros de coletivos e moradoras(es) questionaram os dados sobre abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo e denunciaram a negligência histórica do Estado em relação a essa questão em territórios de favelas.

Segundo o IBGE, 6% dos domicílios no Complexo não têm o lixo coletado por serviço de limpeza, enquanto na cidade do Rio de Janeiro a taxa é de 1%; os dados oficiais mostram que apenas 5% dos domicílios no território têm esgotamento inadequado (a taxa é a mesma para o Rio de Janeiro). Esses dados são estranhados por moradoras(es), que dizem ser preciso lidar com a realidade concreta, identificando as demandas não apenas de todo o Complexo, mas das diferentes localidades do território.

Nas discussões realizadas, observou-se que as taxas mais altas de inadequação nos serviços de saneamento foram encontradas justamente nas partes em que os dados indicam um maior percentual de acesso. Para as(os) moradoras(es), isso demonstra tanto a presença de desigualdades internas como uma forte subnotificação, pois os dados oficiais são incapazes de produzir registros sobre outras tantas áreas da comunidade. Por exemplo, lugares como a Pedra do Sapo, nos limites com a Serra da Misericórdia, e a parte central da Joaquim de Queiroz, conhecida como Grota, sofrem com a falta de saneamento, cada uma apresentando especificidades e graus de precarização distintos.

Dessa forma, mais do que caracterizar um quadro de desigualdade social na cidade, **verifica-se uma condição clara de injustiça socioambiental**, uma realidade que ainda afeta milhares de pessoas no Complexo do Alemão.

1. SANEAMENTO BÁSICO

ENCONTRO TEMÁTICO:

A SAÚDE E O SANEAMENTO QUE QUEREMOS

O encontro temático A Saúde e o Saneamento que Queremos foi o primeiro realizado para a construção deste Plano de Ação Popular do Complexo do Alemão. Ele aconteceu em 7 de maio de 2022, na sede do Instituto Raízes em Movimento. Os convidados para nortear o debate foram Wagner Souza, morador do Complexo e agente comunitário de saúde da família, e Stelberto Soares, engenheiro civil e sanitarista da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP). A mesa teve mediação de Alan Brum Pinheiro, um dos fundadores do Raízes em Movimento. O encontro contou também com a participação de ativistas locais e de profissionais das áreas de saúde, limpeza e conservação.

Participantes enfatizaram, em consenso, a necessidade da presença de lideranças locais em encontros como esse. Essa é uma forma de agregar e somar-se às lutas dos diversos espaços da favela e de pressionar por políticas públicas. É nesse sentido que se constrói comunitariamente este Plano de Ação Popular. **O debate destacou, também, que intervenções estruturais como aquelas trazidas pelo PAC Favelas, pensadas e implementadas sem um amplo debate com as populações locais, podem produzir efeitos adversos**. As soluções de saneamento prometidas pelo PAC do Alemão não resolveram os problemas relativos ao abastecimento de água e tratamento de esgoto e alteraram por completo a configuração socioespacial da favela. A remoção de pessoas, a derrubada de casas e a não incorporação de grande parte de moradoras(es) à cobertura de saneamento são alguns dos questionamentos feitos ao PAC.

Por fim, **crescem as incertezas em torno da concessão dos serviços de saneamento à iniciativa privada**. A falta de informações claras sobre possíveis intervenções, o custo repassado à população e a real eficácia do atendimento são pontos não esclarecidos. Nesse sentido, a proposta deste Plano de Ação Popular vai ao encontro da necessidade de debater e construir políticas de saneamento e meio ambiente efetivas para o Complexo do Alemão e a cidade.

As propostas aqui apresentadas são um importante ponto de partida para a garantia do acesso à água, ao esgotamento sanitário e à coleta e gestão de resíduos. Trata-se não apenas de uma contribuição da população e dos coletivos para o planejamento de políticas de saneamento e meio ambiente, mas de uma pauta de luta.

1. SANEAMENTO BÁSICO

ALGUNS DOS NOSSOS PROBLEMAS:

- Ausência ou qualidade ruim da coleta e do tratamento de lixo (resíduos) nos territórios do Complexo do Alemão.
- Ausência de coleta e tratamento de esgoto domiciliar nos territórios da favela.
- Falta de drenagem nas vias e canais presentes nos territórios da favela, com impactos negativos para o ambiente e a vida da população do Complexo.
- Fornecimento incipiente, descontínuo e desigual de água no território.
- Falta de diálogo entre gestores públicos, concessionárias, técnicos de saneamento e a população do Complexo.
- A nova concessão dos serviços de saneamento não considera a real demanda por serviços de saneamento na favela, o que inviabiliza sua universalização.
- Não há clareza sobre quais serão as ações da nova concessionária do saneamento em relação ao Complexo.
- Empresas empreiteiras e concessionárias impõem suas necessidades econômicas na construção de redes hídricas nos territórios de favela, quando, na verdade, essas estruturas deveriam ser baseadas nas reais demandas e necessidades da população local.
- Os dados oficiais sobre as favelas, entre eles os produzidos pelo IBGE, não conseguem representar a realidade e a vida cotidiana da favela e sua organização socioespacial, sobretudo aqueles elementos relativos ao saneamento básico. Moradoras(es) apontam que as informações oficiais não traduzem as diferenças e desigualdades nos territórios do Complexo do Alemão.

O QUE QUEREMOS:

- Ampliar o acesso à água tratada e à cobertura de coleta e tratamento de esgoto, de modo a suprir integralmente as necessidades das(os) moradoras(es), nos diferentes territórios do Complexo.
- Garantir que os recursos gerados pela concessão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), que prevê investimentos em favelas, sejam de fato aplicados.
- Produzir um diagnóstico territorial com a identificação de todas as redes de distribuição de água e de coleta de esgoto doméstico instaladas na favela, assim como de sua efetividade, problemas e demandas associadas.
- Garantir a participação social efetiva da população do Complexo na aplicação dos recursos gerados pela concessão e nos serviços de saneamento fiscalizados pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenersa) e executados pelas novas concessionárias de saneamento do Rio de Janeiro.
- Garantir e exigir que gestores públicos, técnicos e concessionárias façam a manutenção e as intervenções de saneamento com base no conhecimento do território, produzido e em conjunto com a população local. O poder público e as concessionárias devem ajudar e financiar a formação de gestores locais.
- Garantir a moradoras(es) participação política e atuação direta junto aos serviços prestados por concessionárias.
- Construir diálogos entre técnicos de saneamento e moradoras(es).
- Estabelecer diálogos entre a população local sobre saneamento ambiental, de modo que possam fazer um acompanhamento dos projetos no território.
- Trocar experiências entre agentes que atuam no Complexo do Alemão e em outras favelas desenvolvendo e implementando tecnologias sociais de saneamento básico de baixo custo.

2. JUVENTUDES

Estatuto da Juventude (lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013), art. 4º: "O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude".

"Acredito na juventude. Acredito que a gente vai fazer um barulho na história, uma revolução muito grande através de várias áreas, como educação, esporte, saúde, educação"

— Rene Silva, morador do CPX e criador do Voz das Comunidades

POR QUE CONSTRUIR POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDES?

Para construir políticas públicas para as juventudes, é fundamental considerar as(os) jovens como sujeitos integrais, demandantes de distintos desejos e necessidades . Estamos falando de um grupo de pessoas que são agentes de transformação no desenvolvimento sustentável e devem ser contempladas por políticas voltadas para diferentes questões. Por isso, **uma característica das políticas públicas para as juventudes é a sua transversalidade**. Por meio dessas políticas, o Estado e a sociedade devem garantir a proteção social e a participação social de jovens de todo o país.

Como estamos falando de um tipo de políticas públicas que atravessa tantos temas, **é importante discutir, antes de tudo, qual é o melhor método de se fazer essas políticas, em particular para as juventudes periféricas e moradoras de favelas**. Além disso, é fundamental identificar problemas e propor soluções a partir da consideração do **fator territorial**. Essas(es) jovens, principalmente as(os) negras(os), enfrentam problemas específicos de acessibilidade e violação de direitos e estão morrendo por conta da violência policial brutal, especialmente nos territórios periféricos e de favelas.

2. JUVENTUDES

PROJETO JUVENTUDES EM MOVIMENTO

O projeto foi uma grande pesquisa realizada no CPX com o objetivo de entender a percepção das(os) moradoras(os) sobre diferentes dimensões da cidadania no território, com foco em juventudes, uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e gênero. Ele foi realizado entre 2018 e 2020 e teve a coordenação compartilhada entre duas equipes técnicas, uma do Ibase e outra do Instituto Raízes em Movimento. A pesquisa teve a participação direta de 13 jovens moradoras(es), que foram protagonistas de todo o processo de construção. Os resultados foram publicados em um livro em 2020 e apresentam 76 indicadores de cidadania referentes a diferentes temáticas.

A LUTA DA JUVENTUDE NO CPX

Em rodas de diálogo recentes, jovens moradoras(es) do Complexo do Alemão identificaram quatro grandes problemas enfrentados pela juventude do bairro. O primeiro deles é **a violação do processo de educação dentro dos territórios**, especialmente a falta de professores e escolas que atendam às demandas da população. O segundo problema é **a dificuldade de deslocamento na busca de melhor qualidade de ensino**. Com o ensino defasado nos locais em que vivem, uma vez que os equipamentos públicos disponíveis não suprem a demanda, as(os) jovens têm a necessidade de buscar melhor formação educacional fora do seu território, mas muitas vezes não têm os recursos necessários para isso.

O terceiro grande problema identificado é **a dificuldade intelectual sofrida ao finalmente acessarem determinados espaços**. Após perceberem que as políticas públicas atuais não contemplam as necessidades da juventude periférica e iniciarem sua busca por melhor formação, as(os) jovens sofrem violência intelectual quando conseguem acessar determinados espaços tidos pela sociedade como meritocráticos. Nesses espaços, sejam eles de aprendizagem ou não, as pessoas subestimam as habilidades e os conhecimentos das juventudes periféricas e moradoras de favelas em razão dos locais de onde elas vêm.

Por fim, o quarto problema vivido pelas(os) jovens é **a acentuação de questões de desigualdade econômica**. As(os) jovens, em seu processo de adaptação fora do seu território, são atravessadas(os) por fatores que envolvem questões de desigualdade econômica, pois percebem que a renda de sua família muita vezes não é suficiente para as(os) manter no sistema e ambiente em que foram inseridas(os) para o seu processo de formação.

2. JUVENTUDES

ENCONTRO TEMÁTICO:

JUVENTUDES: A RENOVAÇÃO DA MUDANÇA

Os problemas e as soluções aqui apresentados foram levantados no encontro temático Juventudes: A Renovação da Mudança, realizado em 16 de julho de 2022, na Casa Voz, no Complexo do Alemão. Os convidados para nortear o debate foram Jessica Lene, moradora de Manguinhos, pesquisadora e pedagoga, e Daniel Remelik, morador do Complexo da Maré e coordenador do eixo de educação da organização da sociedade civil Redes da Maré. A conversa foi mediada por Carolina Saraiva, moradora do Complexo da Penha, educadora social e produtora do jornal independente Voz das Comunidades. Cerca de 40 pessoas transitaram pelo espaço.

O debate foi feito por meio de uma metodologia baseada nos princípios da educação popular, em particular o método de Paulo Freire. Partindo da consideração do fator territorial, as(os) participantes compartilharam e identificaram os problemas que enfrentam em seu cotidiano e discutiram os melhores métodos de se fazer políticas públicas para as juventudes, em particular as periféricas.

O primeiro deles é **a fiscalização da secretarias de Juventude**. Somente com a aproximação dessas instituições é possível estabelecer um diálogo e um lugar de escuta para entender os deveres da Secretaria e, a partir disso, promover a fiscalização de suas atividades, concentrando-se em manter políticas já existentes e em criar novas. Por exemplo, das políticas do PAC que contemplaram a juventude na comunidade do Manguinhos, surgiu a Biblioteca Parque Estadual, localizada no Centro do Rio. No entanto, com a falta de fiscalização, a biblioteca sofre com a falta de manutenção e, como aparelho do Estado, acaba não desempenhando sua função de forma ideal.]

O segundo método construído coletivamente é **a apropriação das políticas públicas já existentes**. Entre as políticas que já existem, foi identificado que, após as conquistas para o território (teatros, lonas culturais, praça do conhecimento), existe um desafio no processo de apropriação. Muitas vezes, o acesso a esses espaços é negado ou burocratizado — quando, por exemplo, um grupo ou coletivo tenta fazer o uso do local para apresentações, rodas de conversas, promoção da cultura e da arte.

No encontro, foram distribuídos papéis em que todas e todos puderam escrever suas sugestões. As sugestões foram depositadas em uma urna e lidas em voz alta. A partir dessa leitura, foi traçada uma linha de raciocínio, debatida por todas(os) as(os) presentes. Com a dinâmica, foram estabelecidas ideias de políticas que poderiam ser aplicadas como soluções para as demandas apresentadas, apresentadas a seguir.

O encontro temático foi encerrado com agradecimentos a todas as pessoas presentes e aos coletivos e ONGs participantes. **A experiência reforçou que o processo de construção coletiva e a comunicação são as chaves para se fazer políticas públicas eficientes para as juventudes periféricas**.

2. JUVENTUDES

ALGUNS DOS NOSSOS PROBLEMAS:

- Violação do processo de educação nos territórios de favelas, em particular no Complexo do Alemão, com falta de professores e escolas para atender a população.
- Dificuldade de deslocamento na busca de melhor qualidade de ensino.
- Violência intelectual sofrida por jovens ao finalmente acessarem determinados espaços, muitas vezes marcados pela meritocracia.
- Acentuação das questões de desigualdade econômica.
- Exposição de jovens à violência em seu ambiente social imediato, tanto como observadores, quanto como vítimas.
- Genocídio da juventude negra moradora de favelas. Criminalização e estigmatização dessa juventude, afetando diretamente o seu direito à mobilidade e à acessibilidade urbana.
- Precarização da saúde física e mental.
- Falta de acesso a tecnologias de informação e comunicação (TICs), fundamentais para o acesso à educação de qualidade, para facilitar a aprendizagem, para a sociabilidade e para a inclusão produtiva.
- Escassez de oportunidades educacionais e profissionais e de acesso à renda qualificada e sustentável, em especial na região em que se localiza o Complexo do Alemão.
- Falta de oferta de capacitação técnica e educação profissional, uma das formas mais eficazes para a inclusão produtiva de jovens.
- Sobrecarga de trabalho sobre jovens mulheres, que saem da escola e ficam de fora da força de trabalho por terem responsabilidades de cuidado da casa e de outras pessoas.
- Falta de programas que promovam e apoiem a participação social e política e a representação juvenil entre as juventudes periféricas e faveladas.

O QUE QUEREMOS:

Criar programa de remuneração para jovens que contemple com bolsas o maior número possível de jovens periféricos inseridos nos programas educacionais ou profissionais, para que possam colaborar na renda familiar e se desenvolver com incentivo e garantia de alimentação e deslocamento.

Criar políticas públicas que viabilizem a instalação de novos equipamentos para a promoção da cultura e arte nos territórios periféricos e de favelas.

Promover a formação profissional em espaços desativados, com aproveitamento de estruturas desativadas que foram construídas com verbas públicas em projetos antigos (por exemplo, as estações do Teleférico do Complexo do Alemão).

Movimentar mais as redes e canais de comunicação: provocar, de forma coletiva e simultânea, maior fiscalização e cobrança nos canais de comunicação das secretarias que criam políticas públicas para a juventude periférica e dos representantes desses jovens no governo.

Mapear oportunidades para a juventude (por exemplo, oportunidades próximas ao Complexo do Alemão direcionadas para moradoras(es) do território). Realizar e disponibilizar um mapeamento de oportunidades educacionais e profissionais tendo como critério o perfil territorial de cada jovem.

Criar um programa universal para as juventudes, em especial as moradoras de favelas, para que elas possam desenvolver plenamente seus projetos de vida.

3. MEIO AMBIENTE

Art. 225 da Constituição Federal: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

"Você não planta uma semente hoje e vai colher hoje. (...) Mas um dia a gente vai conseguir colher os frutos que a gente plantou. (...) Onde tem um problema é onde tem a solução"

— Dona Josefa, moradora do CPX, agricultora urbana, mobilizadora na Pedra do Sapo e voluntária da Verdejar Socioambiental

POR QUE CONSTRUIR POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO AMBIENTE?

Políticas públicas para o meio ambiente são formuladas para preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental propícia à vida e promover o desenvolvimento sustentável, que articula o desenvolvimento econômico, político, social e ambiental. Por meio delas, é possível preservar os recursos naturais, reduzir os impactos negativos da ação humana no meio ambiente e chegar a soluções que garantam os **direitos ambientais, que devem ser entendidos como direitos humanos**.

Meio ambiente é um tema amplo que integra todas as dimensões de nossas vidas. É impossível discutir a temática sem entrar no âmbito dos direitos básicos. Todas e todos precisamos de um meio ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável para suprir nossas necessidades cotidianas e ter qualidade de vida.

Moradoras(es) de favelas têm garantido o seu direito a esse meio ambiente vivo e saudável?

A LUTA PELO MEIO AMBIENTE NO CPX

Segundo a pesquisa Juventudes em Movimento, **72% das(os) moradoras(es) do CPX consideram que as condições ambientais no território não são de qualidade**. O indicador "Percepção sobre o direito a condições ambientais de qualidade", construído na pesquisa, revela a percepção sobre a qualidade das condições ambientais considerando três questões: a preservação dos rios, a qualidade do ar e a preservação da Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (Aparu) da Serra da Misericórdia.

Para 93%, os rios do bairro são sujos e poluídos. **Para 38%, a Aparu da Serra da Misericórdia não é preservada** — 12% não souberam responder.
Ou seja, no Complexo do Alemão, assim como em tantas outras favelas do país, **moradoras(es) têm seus direitos ambientais violados, com impactos significativos em sua saúde, alimentação e qualidade de vida**. Dados como esses, produzidos sobre a favela e a partir dela, assim como relatos de moradoras(es) sobre as condições ambientais no bairro, evidenciam **uma grave situação de injustiça socioambiental**. Moradoras(es) do Complexo se perguntam, então: **meio ambiente para quem?**

Um caso paradigmático de violação dos direitos ambientais no Complexo é o histórico de exploração na Serra da Misericórdia pela mineradora LafargeHolcim Brasil, que resulta na perda de espaços verdes, dos ecossistemas locais e de cultura local, acentua o adoecimento da população e busca desmobilizar movimentos e ocupantes dessas áreas verdes. A Serra da Misericórdia, um maciço rochoso de 43,9km, é um território com uma importância socioambiental enorme, sendo a última área de Mata Atlântica em toda a Zona Norte do Rio de Janeiro. O território é constantemente disputado pelos mais diferentes atores (pedreira, polícia, Estado, tráfico, moradores) e há muito tempo é mostrado nas mídias somente a partir da questão da violência, ignorando-se a articulação dessa violência com a pauta socioambiental.

A falta de políticas públicas para o meio ambiente dificulta as ações das(os) moradoras(es), há muito tempo engajadas(os) em lutas e mobilizações comunitárias fundamentais para o Complexo e a região da Grande Leopoldina. Por exemplo, em 11 de dezembro de 2013, quando uma intensa chuva caiu sobre o Rio e deixou mais de 100 famílias desabrigadas no Complexo e outras tantas em situação de risco, a defesa civil demorava para atender aos chamados. Um grupo de moradoras(es) se organizou

para socorrer as famílias, identificar moradias em risco, improvisar abrigos e criar uma grande mobilização de doações aos desabrigados. Daí surgiu o **coletivo Juntos pelo Complexo do Alemão**, que até hoje se articula para acompanhar, comunicar, pressionar, exigir e denunciar questões relevantes para o desenvolvimento do bairro.

Outro exemplo da força da mobilização comunitária no bairro é luta e pressão de organizações locais, como a Verdejar Socioambiental, para que a Serra fosse designada como Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (Aparu).

O poder público deveria garantir a segurança de quem tenta preservar a localidade e promover o desenvolvimento social, mas não o faz. Em 2010, o então prefeito Eduardo Paes assinou um decreto criando o Parque Municipal Urbano da Serra da Misericórdia. Os recursos para a construção do parque foram garantidos durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, em 2012. O projeto recebeu investimentos da ordem de R$15 milhões, dos quais cerca de R$11 milhões vieram da fundação socioambiental da Caixa Econômica Federal (CEF). Contudo, o projeto foi abandonado e os fundos foram devolvidos, ficando a região abandonada pelo Estado. Moradoras(es) se perguntam até hoje: **cadê o Parque Municipal da Serra da Misericórdia?**

Além desses problemas, a falta de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento urbano e a habitação leva as pessoas a ocuparem as encostas da Serra. Essa ocupação, associada às explorações predatórias da região, aumentam as chances de ocorrência de desastres como deslizamentos e agrava a **situação de vulnerabilidade socioambiental** em que se encontram as(os) moradoras(es) desses locais.

ALGUNS DOS NOSSOS PROBLEMAS:

A falta de políticas públicas voltadas para as questões ambientais no território dificulta as ações coletivas e espontâneas da população em torno da agenda ambiental.

As discussões e as políticas públicas ambientais não incorporam os modos de vida e não consideram a realidade cotidiana de moradoras(es) de favelas, que ainda lutam pela garantia de direitos básicos.

Há constantes disputas pelo território da Serra da Misericórdia (presença de pedreira, operações policiais, Estado, presença do tráfico, ação de moradores), o que dificulta sua preservação e o convívio entre distintas formas de usos sustentáveis.

O histórico de exploração na Serra da Misericórdia pela mineradora Lafarge-Holcim levou à perda de vegetação e de biodiversidade na favela e à desmobilização de movimentos e pessoas que atuavam em torno da agenda ambiental.

Violência na região da Serra da Misericórdia e nas favelas do entorno, em grande parte decorrente de operações policiais, prejudicam a implementação de políticas ambientais e usos sustentáveis.

Há, na favela, uma clara violação de direitos básicos relacionados a questões ambientais, como acesso ao saneamento básico, à segurança alimentar e ao meio ambiente.

A desigualdade social, a precariedade do trabalho e o déficit habitacional vêm produzindo formas de ocupação do espaço urbano que pressionam parte das áreas verdes da cidade.

O QUE QUEREMOS:

- Criar políticas públicas de gestão e de uso sustentável dos recursos ambientais na região onde se localiza o Complexo do Alemão.

- Incentivar a criação de ações e políticas destinadas à produção de alimento orgânico nas favelas. Os programas institucionais de compra de alimentos para merenda escolar podem servir como indutores dessa iniciativa.

- Apoiar a articulação entre a população e as organizações locais com órgãos públicos.

- Ajudar a levantar recursos junto a parceiros externos para a contratação de trabalhadores locais para atuarem com os movimentos das hortas comunitárias no território. Fundos de combate à pobreza, o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (Fecam) e os recursos da concessão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) podem ser importantes fontes de financiamento de políticas sustentáveis no Complexo.
  Ocupar a Serra da Misericórdia por meio de recuperação florestal e da implementação de agroflorestas e hortas.

- Garantir recursos e realizar ações voltadas para captar a água da chuva, construir biodigestores e gerar energia/gás na favela, tendo como base o trabalho coletivo de grupos locais.

- Apoiar a criação de cooperativas ou microcooperativas de separação de recicláveis e captação de óleo usado para reciclagem.

- Criar parcerias com as escolas locais para ensinar sobre a Serra da Misericórdia.

- Fortalecer a comunicação sobre as diversas ações que têm ocorrido na Serra da Misericórdia.

- Mobilizar as pessoas para ocupar a Serra da Misericórdia, inclusive como medida para coibir as ações policiais truculentas na região.

4. ESPORTES

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

5 IGUALDADE DE GÊNERO

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Art. 217 da Constituição Federal: "É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um (...)".

"Para mim, isso é mais do que praticar um exercício ou uma atividade, é demonstrar para quem vem das comunidades que é possível jogar ou ser quem você quer ser, sem estereótipos"

— Ruan Melo da Cunha, morador do CPX e idealizador do projeto Favela Tênis & Cultura

POR QUE CONSTRUIR POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTES?

Políticas públicas de esportes são formuladas para fomentar a prática esportiva, garantindo a criação, a estruturação e a manutenção dos espaços e equipamentos para a realização de atividades esportivas, bem como a formação e qualificação de atores envolvidos no campo esportivo e a execução de programas que atendam às demandas de toda a população. Elas devem destinar recursos públicos para contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e a promoção da saúde e do bem-estar das pessoas. Um exemplo é a instalação de equipamentos de ginástica e quadras poliesportivas em locais públicos, de uso gratuito e acessível a toda a população.

Para construir políticas públicas de esportes, é fundamental conhecer os benefícios gerados pelas atividades esportivas e entender que elas têm impactos significativos na saúde, na educação e na qualidade de vida da população, contribuindo para o desenvolvimento social.

O esporte nas favelas não pode ser entendido fora do contexto de vivências das(os) moradoras(es), que ainda lutam por direitos básicos que deveriam ser garantidos pelo Estado, mas não são. Essas pessoas têm suas vidas marcadas

pela vulnerabilidade social, agravada pela pobreza, pela insegurança alimentar, pela fome, pela falta de acesso a serviços de saúde e educação de qualidade e pela violência causada por conflitos armados e pelas constantes operações policiais nos territórios de favelas. **É responsabilidade do poder público garantir que moradoras(es) de favelas tenham efetivado o seu direito ao esporte de qualidade. Para isso, é fundamental que essa população tenha participação política efetiva em espaços de discussão, proposição e construção de políticas públicas esportivas.**

O grande desafio colocado para a construção da agenda aqui apresentada é, então, o seguinte: **Como articular, na prática, os projetos esportivos com a assistência social e o desenvolvimento social para que o esporte seja um meio de transformação da realidade? Como usar o esporte para ativar a esperança?**

A LUTA POR ESPORTES DE QUALIDADE NO CPX

Segundo a pesquisa Juventudes em Movimento, **para 74% da população do bairro, os equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer do território não atendem às necessidades da população local**. Moradoras(es) consideram as atividades de esporte e lazer o 4º fator mais importante para melhorar as condições de vida no território; saúde pública aparece em primeiro lugar. Considerando-se que os esportes melhoram o condicionamento físico, ajudam a prevenir uma série de doenças, como diabetes e hipertensão, e melhoram a qualidade de vida, **fazer políticas públicas voltadas ao esporte é também fazer políticas públicas para melhorar a saúde e o bem-estar da população**, evitando o seu adoecimento e contribuindo para o desenvolvimento social.

Nesse sentido, **é fundamental que as equipes de atendimento à saúde atuantes no território se articulem com educadoras(es) envolvidas(os) em projetos esportivos**. **O mesmo deve ser feito em relação à professoras(es) e profissionais da educação atuantes em escolas e creches.** Sabe-se que as atividades esportivas têm um caráter pedagógico e transmitem valores como coletividade, colaboração, respeito à diversidade e responsabilidade social. **Os esportes têm a potencialidade de melhorar o desempenho escolar de crianças e jovens e de transformar suas expectativas de futuro**, oferecendo oportunidades de desenvolvimento e atuação profissional para alunas(os), bem como para suas famílias, que podem ser transformadas a partir do envolvimento nas atividades. Por isso, as portas das escolas devem se abrir para o desenvolvimento de atividades esportivas.

É fundamental, então, criar espaços de diálogo entre profissionais da saúde e da educação, a população e os poderes locais para fomentar as práticas esportivas no Complexo do Alemão e nas demais favelas do Rio de Janeiro.

4. ESPORTES

ENCONTRO TEMÁTICO:

ESPORTE TRANSFORMA VIDAS

Todas essas questões foram discutidas no encontro Esporte Transforma Vidas, realizado em 1º de setembro de 2022, na Vila Olímpica Jorginho da SOS, no Complexo. Para nortear o debate, foram convidados Alan Duarte, fundador da ONG Abraço Campeão, e Cassiano Jacob, criador do projeto Estação Skate.

No encontro, as(os) participantes discutiram os muitos desafios e problemas que enfrentam e apresentaram possíveis soluções. **Reforçaram, em consenso, que políticas públicas e recursos públicos são essenciais para o funcionamento dos projetos esportivos em espaços periféricos e de favela**. **Destacaram ainda a importância de se divulgar os benefícios dos esportes entre a população local**.

Os projetos esportivos no Complexo do Alemão enfrentam todo tipo de obstáculos. **A falta de manutenção dos equipamentos e a falta de apoio resultam em condições precárias para o desenvolvimento das atividades, muitas delas descontinuadas ou lutando para sobreviver**. Educadoras(es) relataram não conseguir comprar uniformes, aparelhos, acessórios, lanches e tantas outras coisas básicas para suas turmas.

Por falta de apoio e recursos financeiros, alunas(os) inscritas(os) nos projetos perdem oportunidades de apresentação e competição pelo Brasil e em outros países. **O investimento público é fundamental para garantir o acesso a esses materiais de primeira necessidade e às oportunidades conquistadas**. Outra demanda fundamental é a capacitação de pessoas para

atuarem como educadoras e gestoras de projetos esportivos.

Um fator que dificulta a adesão de moradoras(es), além da situação de vulnerabilidade social em que se encontram, é a precariedade e falta de transporte público e de infraestrutura urbana, que impedem a mobilidade, tanto dentro do território como na cidade do Rio de Janeiro. Investimentos públicos e privados na construção da Vila Olímpica, por exemplo, não consideraram o tamanho do território do Complexo do Alemão. Milhares de pessoas moram longe desse centro esportivo e não dispõem de tempo e dinheiro para se deslocar até lá. **O poder público deve financiar a expansão da oferta de atividades nos diferentes territórios do Complexo e melhorar a infraestrutura urbana e a mobilidade no território**, de modo que todas e todos, especialmente crianças, idosos, pessoas com deficiência e pessoas com necessidades especiais, possam ter acesso ao esporte na favela e fora dela.

Há inúmeros espaços ociosos no território que poderiam ser aproveitados, por meio de investimentos públicos, para a construção de equipamentos esportivos.

Por meio desta agenda de políticas públicas, exigimos que o poder público incorpore moradoras(es) do Complexo do Alemão e das demais favelas do Rio de Janeiro em espaços de discussão e decisão para ouvir suas demandas e construir políticas públicas que possibilitem que o esporte seja efetivamente um meio de inclusão e transformação social para moradoras(es) de favelas.

4. ESPORTES

ALGUNS DOS NOSSOS PROBLEMAS:

- Vulnerabilidade social e insegurança alimentar de moradoras(es).
- Suspensão das atividades esportivas no território por interferências externas, sobretudo operações policiais.
- Insustentabilidade financeira dos projetos sociais esportivos, o que gera a interrupção das atividades e a descontinuidade dos projetos.
- Dificuldade dos projetos menores e locais para atender mais pessoas, por falta de investimento e de capacitação contínua.
- Falta de autonomia dos agentes do território para gerir os projetos, inclusive aqueles oferecidos pelo poder público.
- Falta de projetos de qualificação de educadoras(es).
- Falta de espaços direcionados para a realização e oferta de atividades de esporte e lazer.
- Dispersão e falta de conhecimento entre moradoras(es) e gestoras(es) públicas(os) dos projetos sociais esportivos da favela.
- Dificuldade de participação de crianças e jovens em atividades esportivas.
- Dificuldade, por parte da população da favela, de deslocamento e de acesso a outras partes da cidade para a realização de atividades de esporte e lazer.

O QUE QUEREMOS:

- Criar e apoiar políticas públicas voltadas para a valorização do esporte em favelas, especialmente para crianças, jovens e idosos.
- Investir e criar parcerias para a construção de equipamentos esportivos e a melhoria dos existentes, com atenção especial à inclusão de pessoas com deficiência e pessoas com necessidades especiais.
- Disponibilizar frotas do transporte público coletivo municipal para as favelas, de modo que se possa realizar passeios e atividades ligadas a esporte, cultura e lazer.
- Criar programa de qualificação para educadoras(es) (gestão de projetos, administração financeira, inscrição em editais etc.).
- Criar programa de capacitação continuada de educadoras(es).
- Criar programa para garantir a continuidade dos projetos sociais esportivos e o acompanhamento de alunas(os).
- Fazer conexão entre as Vilas Olímpicas do Rio de Janeiro.
- Estimular a realização de campeonatos esportivos estaduais em favelas.
- Apoiar a criação de um Comitê de Esportes do Complexo do Alemão.
- Fazer um mapeamento das iniciativas e projetos sociais esportivos no territóri e sistematizar um documento para registro e divulgação.
- Criar um canal verificado nas redes sociais para comunicação e cobrança das autoridades.
- Estabelecer um canal de diálogo com responsáveis por crianças e jovens para que acompanhem as atividades, apoiem as(os) educadoras(os) e se beneficiem dos projetos.

5. MOBILIDADE

Não há, no texto constitucional, uma menção explícita ao direito de mobilidade e acessibilidade, apenas ao transporte, no art. 6º. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 19, de 2014, em tramitação no Congresso, visa alterar o caput do art. 5º da Constituição Federal para incluir o direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos.

"Precisamos de locomoção para quem é da periferia"

— Rebecca Barbosa, 17 anos, moradora do CPX

PARA QUE CONSTRUIR POLÍTICAS PÚBLICAS DE MOBILIDADE?

Para que as pessoas consigam ir até o trabalho, a escola, o posto de saúde, as atividades de lazer e os diferentes lugares para viverem suas vidas e acessarem oportunidades, é preciso que tenham condições de se deslocar pelos espaços. Políticas públicas de mobilidade são formuladas justamente para tornar esse deslocamento possível. Elas envolvem o planejamento das vias, como ruas e avenidas, dos sistemas de transporte e do desenvolvimento urbano como um todo. Para isso, precisam considerar, por exemplo, os fluxos gerados pelas viagens, os meios de transporte disponíveis e demandados, as condições de uso, a quantidade de pessoas transportadas, os preços das passagens, o tempo de viagem e os trajetos percorridos.

No Complexo do Alemão, o problema da mobilidade é um desafio enfrentado cotidianamente. Por exemplo, jovens têm dificuldades de deslocamento para buscar melhor qualidade de ensino. Com o ensino defasado nos locais em que vivem, precisam buscar melhor formação educacional fora do território, mas, mui-

tas vezes, não têm recursos para isso. **As pessoas que moram nos pontos mais altos dos morros correm o risco de ficarem isoladas devido à falta de meios de transporte, precisando depender de redes de solidariedade e de transportes privados**. O Teleférico do Alemão supriu essa demanda por um tempo, mas logo foi desativado, restando poucas alternativas.

Por isso, **não é possível formular políticas públicas de mobilidade para as favelas sem considerar a acessibilidade urbana**, isto é, "a facilidade com que as pessoas conseguem alcançar lugares e oportunidades".[1] As condições de acessibilidade são impactadas pela forma como a população, as atividades econômicas e os serviços públicos são distribuídos no espaço e pela configuração e desempenho da rede de transportes. Essas condições determinam a possibilidade de as pessoas acessarem oportunidades de empregos, serviços de saúde e educação, atividades de cultura, esporte e lazer etc. e têm a ver, portanto, com **inclusão social**.

1 PEREIRA, Rafael; HERSZENHUT, Daniel. Introdução à acessibilidade urbana: um guia prático em R. Ipea, 2022.

A LUTA POR MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANA NO CPX

Investimentos em mobilidade no Rio de Janeiro sempre se concentraram em áreas específicas da cidade, com as favelas recebendo pouca ou nenhuma atenção. **Há muitas décadas, quem circula nesses territórios precisa encontrar alternativas para a falta de transportes públicos e de infraestrutura urbana adequada**. Ainda nos anos 1990, por exemplo, as kombis e os mototáxis começaram a circular amplamente. A atividade dos mototaxistas só foi regulamentada em 2010 e, embora haja regras tarifárias para estudantes nos transportes públicos, elas não valem para kombis, por não serem regulamentadas, embora sejam uma das principais formas de locomoção nas favelas.

Em uma pesquisa realizada em 2017 com 163 pessoas nas regiões da Grota e de Nova Brasília, no Complexo do Alemão, 47,8% dos entrevistados disseram andar a pé para ir de um lugar a outro do Complexo, seguido de 31,3% que responderam usar mototáxi. Para acessarem outras partes da cidade, o ônibus ainda é o meio de transporte mais utilizado. Contudo, o serviço é cada vez mais precarizado: a maioria dos usuários avalia a qualidade dos ônibus como péssima ou ruim. Na mesma pesquisa, descobriu-se que apenas 5,1% delas vão até a Zona Sul do Rio; 84,9% transitam somente pela Zona Norte, especificamente nos arredores do Complexo (Penha, Olaria, Ramos, Bonsucesso e Inhaúma). Muitas vezes, precisam pegar dois ou três transportes, gastando uma quantia de dinheiro que compromete significativamente a renda. O metrô é praticamente inviável — em 2022, a passagem de metrô no Rio de Janeiro foi a mais cara do país (R$6,50); a segunda mais cara foi a de Brasília, custando R$5,50.

O ônibus, também caro (R$4,05), é amplamente criticado pela precariedade, como a falta de ar-condicionado no verão carioca, e pela escassez, que gera longos atrasos nas linhas e lotações nas viagens.

Em 2008, quando o PAC chegou ao Complexo, se baseou nas experiências de obras anteriores sem ouvir as demandas locais e impôs o Teleférico do Alemão como uma solução para a mobilidade urbana. À época, a maior demanda era por saneamento, um problema sistêmico e crônico até os dias de hoje. Os R$210 milhões investidos no teleférico poderiam ter sido alocados em obras que resolveriam grande parte desse problema. Além disso, o teleférico, inaugurado em março de 2011, foi instalado sem compreender totalmente a malha viária, a organização

espacial das favelas do Complexo e os motivos e caminhos de deslocamento das(os) moradoras(es). Em outubro de 2016, o sistema foi parado para manutenção e nunca mais voltou a funcionar, devido a um problema jurídico entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a empresa administradora.

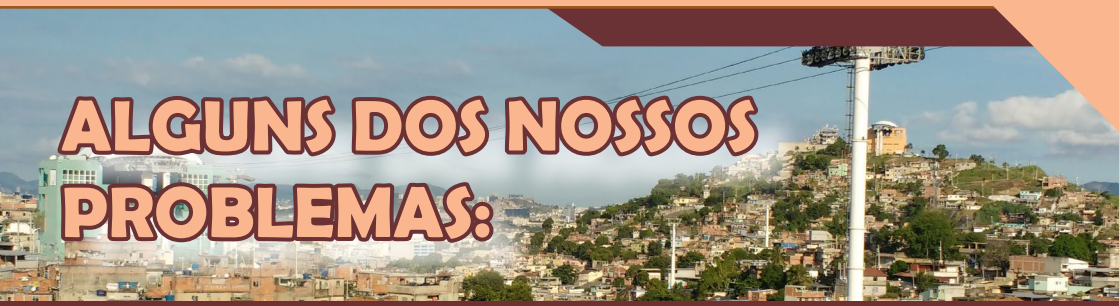
A obra foi um grande símbolo do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). **Hoje, as estações estão abandonadas e são chamadas pelas(os) moradoras(es) de "elefantes brancos"**. Mesmo que o teleférico não tenha sido uma demanda da favela, ele conectava áreas distantes do território por meio de seis estações, possibilitava a integração com os trens da SuperVia e ajudava quem vivia nas partes mais altas dos morros, especialmente crianças, idosos e pessoas com deficiência. O projeto previa ainda equipamentos comunitários, chamados de "Estações Sociais", que funcionariam como centros de lazer, educação e cultura. Foi cogitado que as estações fechadas do teleférico passassem a servir como base estratégica para a UPP.

A obsolescência do Teleférico do Alemão é uma prova de que não é possível fazer políticas públicas de qualidade sem a participação efetiva das pessoas impactas por elas.

Por fim, a maneira como moradoras(es) circulam no território e acessam a cidade é diretamente impactada pela ostensiva militarização da atividade policial e pelos frequentes conflitos armados e tiroteios. Por exemplo, a violência e o preconceito contra favelas dificultam o acesso de moradores(as) a aplicativos de transporte, com motoristas frequentemente se recusando a ir até esses territórios e seus entornos. **Mobilidade e segurança pública, no Complexo do Alemão e em outras favelas, são questões indissociáveis. Moradoras(es) têm seu direito à segurança, à mobilidade e à cidade constantemente violados.**

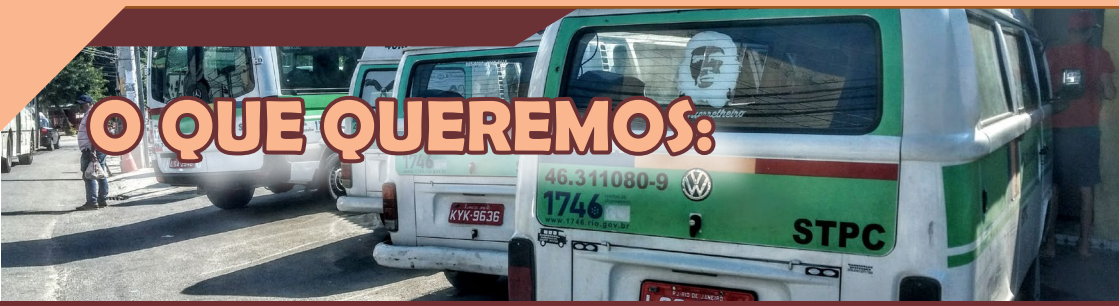
A partir da identificação de problemas e da proposição de soluções para melhorar a mobilidade e a acessibilidade urbana, buscamos promover o desenvolvimento local e construir um bairro e uma cidade mais seguros, sustentáveis, inclusivos e acessíveis para todas e todos. Precisamos lutar para que o Estado cumpra seu papel de garantir que moradoras(es) do Complexo e das favelas em geral tenham garantido e efetivado o seu direito à cidade, compreendido como direito à condição de vida urbana decente e como direito político de pertencer à cidade e circular por ela de forma segura.

As propostas aqui apresentadas são um registro de nossas demandas e uma pauta de luta.



ALGUNS DOS NOSSOS PROBLEMAS:

- Falta e precarização do transporte público para o deslocamento no interior do Complexo do Alemão e para outras áreas da cidade.
- Falta de transporte público e infraestrutura urbana adequada para pessoas com deficiência (PcD) no território.
- Abandono do Teleférico do Alemão e de suas estações.
- Estigmatização e criminalização de transportes como kombis e mototáxis, apesar de serem regulamentados.
- O racismo impede a efetivação do direito à mobilidade. Por exemplo, quando mototaxistas são parados por policiais.
- Falta de segurança para usuários de transportes públicos na favela e em seus arredores, particularmente de mulheres e pessoas LGBTI+.
- Vandalismo e falta de fiscalização nos transportes públicos.
- Falta de tranposrtes para regiões mais distantes da cidade, Zona Sul e Zona Oeste.
- Sinalização precária no entorno do Complexo do Alemão, o que acaba gerando consequancias catastróficas no trânsito, principalmente no harário do rush.
- Não ter uma ciclovia no entorno da favela que ligue outros bairros próximos.



O QUE QUEREMOS:

- Reativar efetivamente o Teleférico do Alemão ou aproveitar seus equipamentos abandonados para usos e projetos propostos pela comunidade.

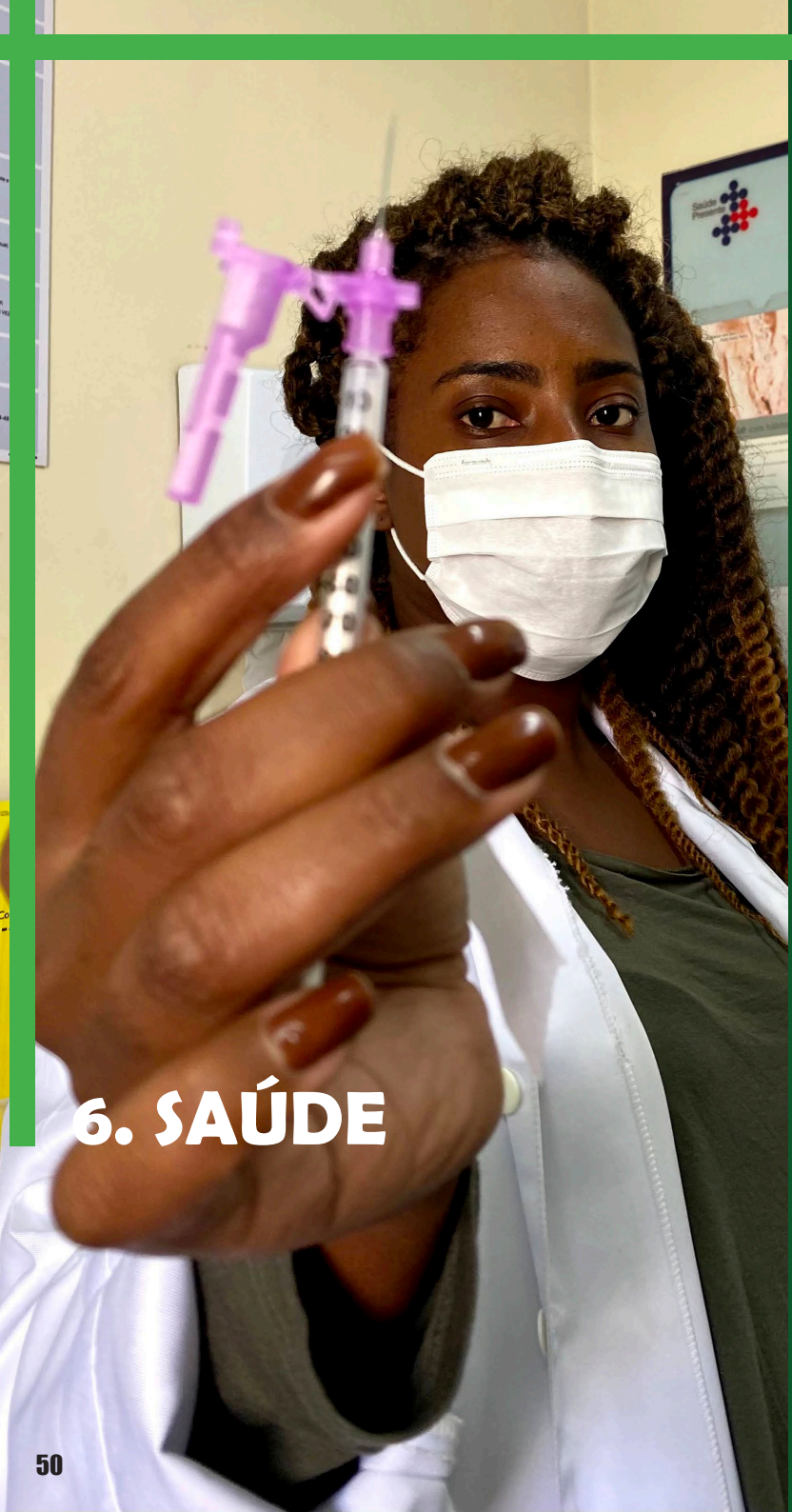
- Realizar obras de infraestrutura urbana no Complexo do Alemão para melhorar a mobilidade de moradoras(es), especialmente crianças, idosos e pessoas com deficiência.

- Garantir a participação social efetiva da população e das organizações do Complexo do Alemão nas discussões sobre mobilidade e acessibilidade urbana e na construção de políticas públicas voltadas a esse tema no Rio de Janeiro.

- Fiscalizar as atividades das polícias para evitar abordagens violentas a profissionais em transporte de passageiros, como mototaxistas, e garantir o direito à segurança de moradores e moradoras do bairro.

- Realizar campanhas em escolas, igrejas e meios de comunicação, como rádios, para conscientizar sobre o uso dos transportes públicos, a fim de diminuir o vandalismo.

- Participar ativamente da construção do Plano Diretor c=da Cidade e trazer soluções para problemas como a falta de ciclovias entorno das favelas, principalmente no Complexo do Alemão.



6. SAÚDE

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA
2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL
3 SAÚDE E BEM-ESTAR
5 IGUALDADE DE GÊNERO
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO
12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Art. 6º da Constituição Federal: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

“O agente comunitário é um ator crítico, e não um burocrata da saúde”

— Wagner Souza, morador do CPX e Agente Comunitário de Saúde da Família - ACS

POR QUE CONSTRUIR POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE?

Políticas públicas de saúde são ações e programas governamentais que visam melhorar as condições de saúde da população como um todo. **Moradoras(es) do Complexo do Alemão têm suas vidas marcadas pelo adoecimento e pela falta de serviços de saúde de qualidade no território e em seu entorno**. A grave situação de vulnerabilidade social em que se encontram essas pessoas, aprofundada pela pandemia de Covid-19 e pela duradoura crise política e econômica, que agravam a pobreza, o adoecimento e a insegurança alimentar, sempre fez com que a população local precisasse se articular para desenvolver estratégias de promoção da saúde no território.

A extensa história das lutas por políticas públicas no Complexo do Alemão teve início nos anos 1980 , quando os serviços de saúde mais utilizados pela população local eram o Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (Samdu) de Ramos, o Posto de Assistência Médica (PAM) Ramos, o posto de saúde Américo Veloso na Praia de Ramos (hoje CMS Américo Veloso) e o PAM de Del Castilho. Nenhum deles estava dentro do Complexo do Alemão e os dois últimos localiza-

vam-se muito distantes de onde a maior parte da população vivia, fazendo com que as pessoas sofressem com a falta de serviços básicos e especializados e com longas filas de espera para o atendimento.

Importantes organizações locais, como o Comitê de Desenvolvimento Local da Serra da Misericórdia (CDLSM), criado em 2006, foram formados para discutir e formular políticas públicas, principalmente na área da saúde. **Essas organizações locais e as(os) moradoras(es) sempre fizeram muita coisa e foram decisivos para as diversas conquistas para o território, mas não conseguem, sozinhas, resolver todos os enormes problemas enfrentados pela população. As políticas públicas precisam chegar à favela e garantir a todas e todos a efetivação do seu direito à saúde.**

A LUTA POR SAÚDE DE QUALIDADE NO CPX

Segundo a pesquisa Juventudes em Movimento, **77% das(os) moradoras(es) acha que o atendimento de Atenção Básica à Saúde (ABS) ofertado no território não atende às necessidades da população do bairro**. Para 55% das moradoras, as mulheres cis não têm acesso a serviços de saúde específicos (ginecologia, obstetrícia etc.). Também para 55% delas, as mulheres trans não têm acesso a serviços de saúde adequados e não discriminatórios.

Embora a oferta de serviços de saúde tenha se expandido no Alemão, sobretudo a partir de 2009, com a instalação das Clínicas da Família, a falta de profissionais e sua alta rotatividade, devido às dificuldades do trabalho no dia a dia, ao sucateamento e desmantelamento de unidades e à sobrecarga de trabalho, dificultam o atendimento qualificado, a prevenção de doenças e o acompanhamento da saúde, incluindo-se a saúde mental, da população.

Além disso, **agentes comunitários de saúde são desvalorizados em detrimento da figura do médico**, cujo atendimento é frequentemente criticado pela falta de escuta atenta e do distanciamento da realidade da favela.

A falta de saneamento no bairro, ainda mais agravada em alguns de seus territórios — como a Pedra do Sapo, localizada nos limites com a Serra da Misericórdia, e a parte central da Joaquim de Queiroz, conhecida como Grota — e a violência causada por conflitos armados agravam as condições de saúde da população. Na época das obras do PAC, por exemplo, o saneamento básico universal, diretamente relacionado à saúde pública, foi uma das principais demandas da população, mas a proposta de moradores(as), construída de forma participativa, não foi considerada no plano básico de obras. Em seu lugar, foi construído o Teleférico do Alemão, que não era, à época, uma demanda local.

Hoje, mais do que nunca, por conta da pandemia de Covid-19 e da crise econômica, a população do bairro sofre cada vez mais com problemas de saúde mental e com a falta de atendimento especializado por psicólogas(os), psiquiatras e outras(os) profissionais da área; observa-se também um aumento de problemas de saúde mental entre crianças e adolescentes. Esse é um desafio ainda maior para pessoas neurodivergentes e seus familiares. Mesmo demandas de saúde parcialmente atendidas, como a implementação do Programas de Saúde

da Família (PSF), evidenciam o caráter neoliberal das políticas implementadas, impulsionadas por financiamentos de agências internacionais e adotando um modelo de terceirização para a gestão, amplamente criticado por trabalhadoras(es) e moradoras(es).

ENCONTRO TEMÁTICO: A SAÚDE QUE QUEREMOS E TEMOS DIREITO

Para a construção da agenda de políticas públicas para a saúde, moradoras(es) do Complexo do Alemão se reuniram no encontro A Saúde e o Saneamento que Queremos, ocorrido em 7 de maio de 2022, na sede do Instituto Raízes em Movimento. Duas pessoas foram convidados para nortear o debate: Wagner Souza, morador do Complexo e agente comunitário de saúde, e Stelberto Soares, engenheiro civil e sanitarista da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP). A mesa teve mediação de Alan Brum Pinheiro, um dos fundadores do Raízes em Movimento. O encontro contou com a participação de profissionais das áreas de saúde, limpeza e conservação e ativistas locais.

Foi discutido como a saúde e o saneamento no território vêm sendo, há muitos anos, negligenciados pelo Estado. A falta de água e de saneamento, longe de ser um problema técnico, é uma questão política. Por isso, a participação comunitária é fundamental. Foi falado que **o agente comunitário não deve ser um burocrata da saúde, mas um ator crítico**, com contribuição ativa para esse processo, e, para isso, precisa de qualificação contínua e de condições dignas para exercer seu trabalho.

Além desse encontro temático, a saúde foi um assunto central em outros dois: Mulheres na Linha de Frente e Protagonismo da

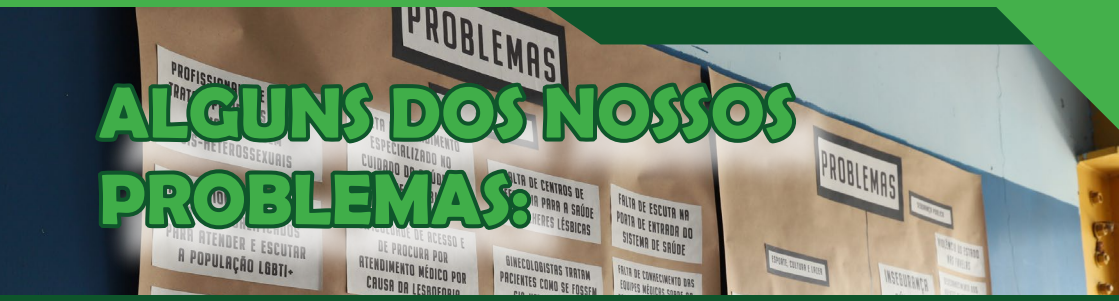
População LGBTI+ . As(os) participantes desses encontros também levantaram um número alarmante de problemas enfrentados em seu cotidiano. Ficou claro, a partir dos seus relatos, que a falta de atendimento e o adoecimento da população são preocupações urgentes. **A precarização das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e a falta de atendimento especializado, em particular à saúde das mulheres, da população LGBTI+ e das pessoas com deficiência e neurodivergentes, sobrecarregam a porta de entrada do sistema**, fazendo com que as(os) poucos(as) profissionais atuantes tenham que lidar com problemas complexos sem a estrutura, os equipamentos e os conhecimentos necessários.

Outro problema amplamente discutido nos três encontros foi **a falta de acolhimento, escuta e respeito para com pacientes**. O preconceito, a violência, o machismo, a LGBTfobia e a lesbofobia marcam a relação entre médicas(os) e a população local, dificultando o estabelecimento de vínculos de confiança e o acompanhamento dos problemas de saúde, além de gerar insegurança e medo em quem precisa procurar atendimento médico.

Reunindo demandas levantadas a partir de um longo histórico de luta pela saúde no território, os problemas e as soluções apresentados a seguir evidenciam que **o cuidado deve ser adotado tanto como prática, quanto como atitude por parte de profissionais de saúde**. Além disso, indicam a importância da luta e articulação comunitária e a **urgência de se construir políticas públicas para a saúde que considerem as especificidades da população do Complexo do Alemão e sejam orientadas pelo valor da equidade e pela justiça social, racial, ambiental e de gênero**.

Por fim, **este Plano de Ação Popular incorpora também as 18 exigências da Carta da Grande Leopoldina**. Ela foi redigida por participantes da Conferência Livre, Democrática e Popular de Saúde da Grande Leopoldina, ocorrida em 16 de julho de 2022. As exigências foram construídas coletivamente e reafirmam a posição em defesa da vida, da democracia e do SUS.

6. SAÚDE



ALGUNS DOS NOSSOS PROBLEMAS:

A falta de investimentos em saúde na região do Complexo do Alemão, seja na rede de Atenção Básica, seja na média e na alta complexidade.

Fragmentação do atendimento de saúde: é preciso aprimorar o planejamento da rede pública de saúde, de maneira a melhor atender às particularidades e a totalidade dos territórios do Complexo.

Há poucos profissionais de saúde atuando nos serviços e territórios da região do Complexo do Alemão.

A Atenção Primária à Saúde (APS), que deveria ser voltada sobretudo para a prevenção e vigilância, não oferece atendimento suficiente e de qualidade no território. Assim, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) estão sobrecarregadas com problemas complexos de uma população adoecida, sem acesso à prevenção.

Dificuldade de acesso ao atendimento especializado na região, especialmente à saúde das crianças.

As equipes de saúde não conseguem, hoje, atender as demandas.

Há falta de escuta ativa por parte das equipes de saúde da família e nas UBS.

Há falta de atendimento das demandas específicas de saúde mental, inclusive de crianças.

Falta de informações e dados sobre as pessoas com deficiência (PCD) e pessoas com necessidades especiais (PNE) do território.

Alta rotatividade de profissionais de saúde.

Falta de tecnologia, de equipamentos e recursos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Sobrecarga de profissionais de saúde por causa da falta e/ou insuficiência de profissionais, de tecnologia, de equipamentos e de recursos nas UBS, resultando na piora da qualidade do atendimento.

O QUE QUEREMOS:

- Aumentar e qualificar o quantitativo de profissionais da saúde para atendimento no território.
- Ampliar o atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), oferecendo atendimento psicossocial e acompanhamento longitudinal das demandas de saúde mental.
- Apoiar e qualificar a formação dos agentes comunitários de saúde.
- Reduzir a rotatividade dos agentes de saúde, garantindo a permanência dos profissionais no território, melhores condições de trabalho e o acompanhamento dos(as)pacientes.
- Assegurar a implementação efetiva da Estratégia Saúde da Família (ESF).
- Criar uma clínica especializada no território com atendimento fonoaudiológico, psicológico, psicopedagógico, neurológico, neuropsicológico e psiquiátrico, com atendimento voltado também para crianças e adolescentes.
- Rediscutir o recorte político-administrativo da saúde na Coordenadoria Geral de Atenção Primária da Área de Planejamento 3.1 (CAP 3.1) e na CAP 3.2.
- Trazer os profissionais de saúde para dentro da comunidade, garantindo a formação dos agentes de saúde, a territorialização e compreensão das demandas específicas da população e a escuta ativa nas consultas.
- Integrar as unidades de atendimento ao cotidiano de moradoras e moradores, por meio de ações que estimulem debates sobre saúde, atendam às necessidades da população e assegurem atendimento de qualidade nas Clínicas da Família e nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).
- Produzir um censo, a partir das organizações do território, para saber quantas pessoas têm deficiências e necessidades especiais no território da favela, bem como para conhecer suas necessidades e as principais demandas por melhorias no território.

7. MULHERES NA LINHA DE FRENTE

Artigo 5º da Constituição Federal: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição".

"Alguém precisa falar e eu não quero que ninguém fale por mim. Como mulher, eu quero que todas as mulheres falem".

— Lúcia Cabral, moradora do CPX e coordenadora do Educap

PARA QUE CONSTRUIR POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES?

As mulheres são a principal ferramenta de transformação da sociedade e sofrem com a sobrepoição de diferentes problemas sociais, especialmente as negras e moradoras de espaços periféricos e favelas. Uma pesquisa da Universidade de São Paulo (USP) realizada em 2021 mostrou que 705 mil homens brancos têm renda maior que a de todas as 33 milhões de mulheres negras do Brasil. Segundo dados do DIEESE, na pandemia, o salário de mulheres negras que trabalharam por conta própria foi menos da metade do obtido por homens. Dados como esses revelam a profunda desigualdade de gênero e raça que marca nosso país e dizem muito sobre como a sociedade enxerga as mulheres, principalmente as negras e faveladas.

Para que as vozes de moradoras de favelas tenham força, é preciso garantir que cada uma possa preencher espaços de diálogo e tomada de decisão, seja em âmbito local ou mais geral, e comunicar suas necessidades. **Além disso, a sociedade deve lutar pela justiça de gênero prevista na Constituição Federal**. As políticas públicas, em especial aquelas voltadas para mulheres em situação de vulnerabilidade social, precisam ser construídas por elas.

A LUTA DAS MULHERES NO CPX

Dados levantados na pesquisa Juventudes em Movimento mostram como **as moradoras do Complexo do Alemão, em sua maioria negras (75%), têm seus direitos violados cotidianamente — direito à igualdade, à saúde, à educação, à cultura, esporte e lazer, à vida segura**.

Cuidado da casa e da vida: No território, 67% das mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado da casa e da vida, muitas vezes conciliando-o com uma jornada de trabalho fora de casa. Apenas em 17% dos casos as tarefas são compartilhadas igualmente com os homens. Essa responsabilidade, associada à situação de vulnerabilidade em que a maioria delas se encontra, resulta em sobrecarga de trabalho e evidencia profundas desigualdades de gênero.

Trabalho, renda e educação: Entre os moradores que não têm renda, 59% são mulheres. Entre os que trabalham em seus próprios negócios ou por conta própria — forma de trabalho que emprega a maior parte da população no Complexo —, apenas 39% são mulheres. Quanto à escolaridade, 50% da população feminina do território tem até, no máximo, o ensino fundamental completo; 45% acessaram o ensino médio e 5% chegaram à graduação; 3% das moradoras nunca estudaram.

Saúde: 55% das moradoras do Complexo consideram que não há acesso a serviços de saúde específicos para mulheres. Também para 55% delas, as mulheres transgênero não têm acesso a serviços públicos de saúde de modo adequado e não discriminatório.

Segurança: Para 69% das moradoras, as mulheres cisgênero sofrem violência pelo fato de serem mulheres; para 75%, as mulheres trans sofrem violência pelo fato de serem mulheres.

Moradoras do Complexo do Alemão sempre se articularam para enfrentar os problemas evidenciados por esses dados alarmantes, que escancaram a injustiça de gênero, equidade e cuidado que atravessa as suas vidas. Essas lutas ganharam forma

no **coletivo Mulheres em Ação no Alemão (MEAA)**, coordenado por Camila Moradia, líder do movimento de luta por moradia no território. O coletivo surgiu a partir desse movimento e oferece assistência social e cultural às mulheres e suas famílias de uma forma geral. Na pandemia, por exemplo, o MEAA ofereceu atendimento psicológico às moradoras, uma demanda antiga das família que o projeto atende. Ele é **um espaço de escuta, acolhimento e luta**, onde as mulheres se ajudam no enfrentamento dos mais diversos problemas e desafios, em uma luta incansável contra as violências, os abusos e a vulnerabilidade social.

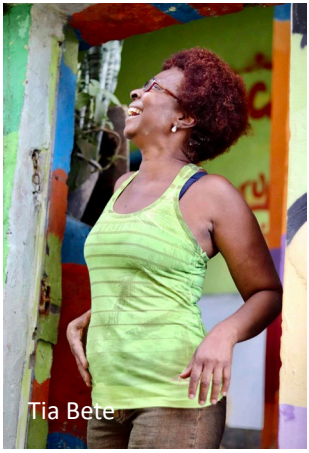
Camila Santos

Thuane Nascimento

Lucia Cabral

Mariza Nascimento

Letícia Santos


Tia Bete

7. MULHERES NA LINHA DE FRENTE

ENCONTRO TEMÁTICO:

MULHERES NA LINHA DE FRENTE

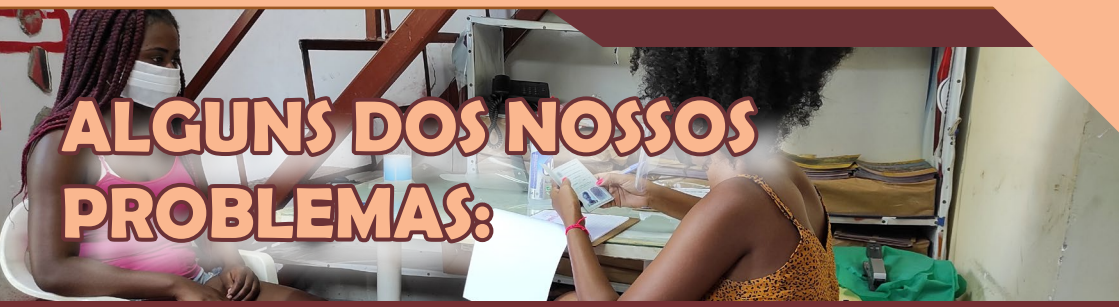
Moradoras do Complexo organizaram o encontro temático Mulheres na Linha de Frente, onde conversaram sobre seus direitos e necessidades, em um esforço de construir um futuro possível em meio aos vários graus de vulnerabilidade do território. O encontro foi realizado em 11 de junho de 2022, na sede Espaço Democrático de União, Convivência, Aprendizagem e Prevenção – Educap, na Favela da Matinha. Para nortearem o debate, foram convidadas Lúcia Cabral, coordenadora do Educap, e Nilza Rogéria Nunes, professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). A mediação ficou por conta de Camila Moradia. Participaram ainda cerca de 30 pessoas que circularam pelo local e levantaram demandas referentes a saúde, saneamento, meio ambiente, educação, segurança, cultura, esporte e lazer.

Na conversa, **o racismo foi destacado como transversalizador do agravamento de todos os problemas sociais identificados pelas participantes**; seu combate é, então, uma solução que atravessa todas as demais.

Os temas relacionados a violência, trabalho, rede de apoio para as mães e educação infantil/creches foram os mais debatidos, por estarem interligados em seus diversos graus de desdobramentos quando se discute territórios periféricos e favelados.

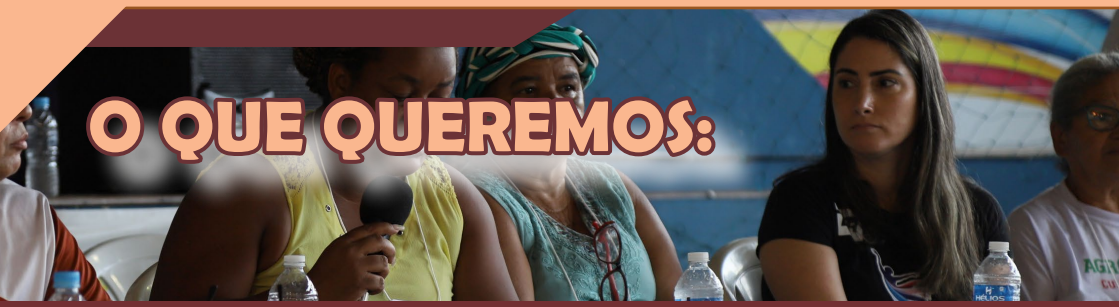
O encontro foi um espaço aberto e seguro pensado para que as participantes pudessem falar sem medo. Acreditamos que espaços como esse são de extrema importância para que moradoras de favelas possam se empoderar, conhecer seus direitos e se tornar agentes multiplicadoras e de luta. As propostas aqui apresentadas consolidam as demandas levantadas pelas moradoras e são uma agenda de políticas públicas e uma pauta de lutas.

7. MULHERES NA LINHA DE FRENTE



ALGUNS DOS NOSSOS PROBLEMAS:

- Violência policial.
- Violência sexual.
- Violência doméstica.
- Violência obstétrica.
- Insegurança pública.
- Pobreza e insegurança alimentar.
- Aumento dos preços dos alimentos.
- Precarização do SUS.
- Falta de atenção primária à saúde (APS) voltada a moradores e moradoras.
- Problemas gerais no Posto de Atendimento Médico (PAM) e nas Clínicas da Família.
- Falta de atendimento à saúde mental.
- Falta de saneamento básico.
- Falta de escolas.
- Falta de atividades para crianças.
- Crianças brincam de traficante, quando poderiam estar em alguma atividade.
- Dificuldades das mães de crianças com necessidades especiais.
- Falta de acolhimento e de redes de apoio.
- Incompreensão das mulheres.
- Falta e/ou insustentabilidade de projetos voltados para mulheres (por exemplo, de cultura e esportes).
- Falta de oportunidades de emprego.
- Dificuldades em pegar transporte de manhã cedo para trabalhar.
- Patriarcado.



O QUE QUEREMOS:

VIOLÊNCIA

- Construir uma política de segurança pública efetiva para as favelas.
- Reestruturar as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM) em todo o estado do Rio de Janeiro, criando novas unidades em áreas não atendidas. Ampliar a rede de Núcleos Integrados de Atendimento à Mulher (Nuiam).
- Promover campanhas de conscientização e combate à violência contra a mulher e à violência doméstica. Garantir atendimento psicossocial, médico e jurídico para as vítimas, em conformidade com a lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).
- Inserir o debate sobre racismo e direitos humanos com recorte racial em todas as esferas políticas, garantindo a participação de moradoras de favelas.
- Articular e oferecer formação política para moradoras do território, de modo que possam ter voz ativa, ocupar espaços e participar de decisões políticas e da construção de políticas públicas.

SAÚDE

- Criar e regulamentar no âmbito do SUS protocolos de atendimento de saúde de meninas e mulheres.
- Criar e regulamentar no âmbito do SUS atendimento à saúde da mulher lésbica.
- Assegurar o atendimento à saúde sexual e reprodutiva no SUS, de modo a garantir direitos sexuais e reprodutivos.
- Criar espaços acessíveis no território para serviços de saúde de qualidade e com continuidade.
- Estabelecer um diálogo permanente com a sociedade, em particular com profissionais de saúde, sobre violência obstétrica.

7. MULHERES NA LINHA DE FRENTE

O QUE QUEREMOS

TRABALHO E EDUCAÇÃO

Ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no território do Complexo do Alemão. Promover iniciativas e criar projetos de formação profissional para trabalhadoras, como a criação de centros de formação a educação para mulheres e o mapeamento e a oferta de oportunidades de trabalho no Complexo do Alemão e em seu entorno.

Criar uma universidade popular no território do Complexo do Alemão.

Criar práticas de valorização profissional da mulher e garantir seus direitos trabalhistas e de segurança social. Reduzir a disparidade salarial entre homens e mulheres e combater as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, como a discriminação de mães trabalhadoras.

Incentivar empregadores a promoverem balcões de emprego voltados para trabalhadoras de favelas, em particular do Complexo do Alemão. Ampliar postos de emprego para essas trabalhadoras.

Estabelecer parcerias com empresas para a qualificação e o emprego de trabalhadoras.

Combater a sobrecarga do trabalho doméstico e familiar sobre as mulheres e enfrentar suas consequências, como a evasão escolar.

Garantir uma formação política verdadeira para moradoras de favelas, em particular do Complexo do Alemão.

CUIDADO DAS CRIANÇAS

Ampliar vagas em creches e escolas, inclusive espaços noturnos para as crianças cujas(os) responsáveis trabalham ou estudam à noite e creches e escolas em tempo integral, e construir unidades nos territórios do Complexo do Alemão que atendam às demandas da população. Assegurar que a alimentação de crianças e jovens seja de qualidade, com merendas nutritivas.

Combater a sobrecarga do trabalho doméstico e familiar sobre as mulheres e

O QUE QUEREMOS:

enfrentar suas consequências, como a evasão escolar.

Criar projetos que ofereçam cursos, projetos e atividades lúdicas para jovens e crianças do território do Complexo do Alemão.

ACOLHIMENTO

Garantir assistência jurídica para mulheres, em particular as vítimas de violência, em conformidade com a lei no 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

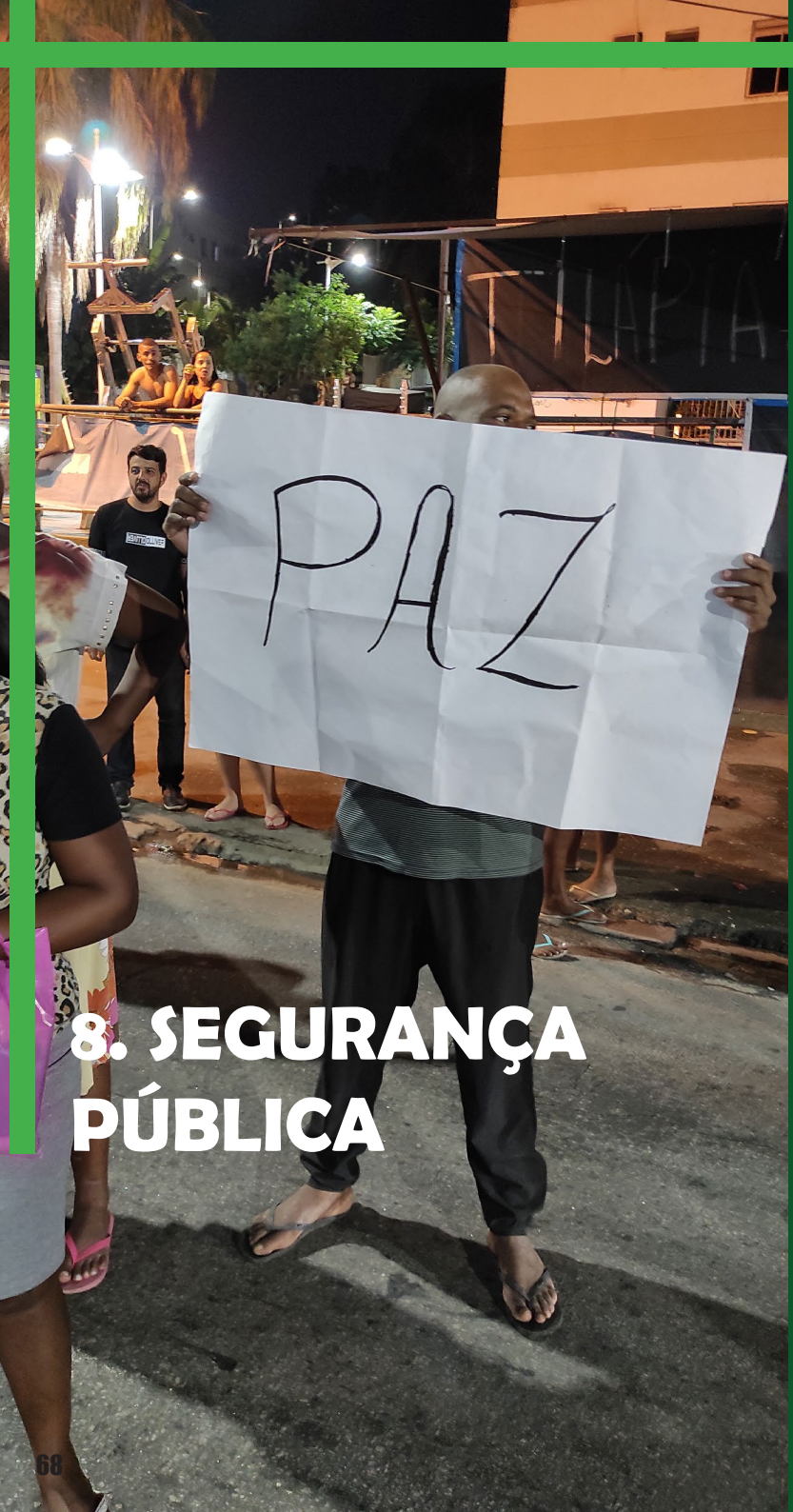
Criar um Circuito Mulher para a ocupação da cidade, em particular por mulheres moradoras de favelas.

Construir redes de apoio e cuidado, inclusive para as vítimas de violência doméstica, por meio da articulação entre as moradoras do Complexo do Alemão e também de parcerias com agentes externos e projetos voltados para mulheres.

INFRAESTRUTURAS, ESPORTE E LAZER

Realizar intervenções urbanísticas no território do Complexo do Alemão para melhorar a comunidade e a qualidade de vida de suas moradoras e moradores.

Essas intervenções devem garantir a universalização do saneamento básico na favela (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo), o asfaltamento e a iluminação de vias, a inclusão de pessoas com deficiência (PcD), a construção de espaços de lazer e esportes e melhorias urbanas na comunidade em geral.



8. SEGURANÇA PÚBLICA

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

5 IGUALDADE DE GÊNERO

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

8. SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 6º da Constituição Federal: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

“Para mim, segurança é saúde, é direito à vida, é qualidade, tudo isso”

— Lúcia Cabral, moradora do CPX e fundadora do Espaço Democrático de União, Convivência, Aprendizagem e Prevenção – Educap

POR QUE CONSTRUIR POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA?

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), “segurança pública é um serviço público, baseado na prevenção e na repressão qualificada, com respeito à equidade, à dignidade humana e guiado pelo respeito aos Direitos Humanos e ao Estado democrático de Direito. A partir destes princípios, políticas de segurança pública ganham diversidade nos diferentes territórios e contextos”.

Nos territórios e contextos das favelas, as políticas de segurança pública derivam de um histórico de exclusão e controle racial sobre as populações, podendo ser pensadas a partir das violações do Estado e das violações dos direitos básicos, como educação, saúde, entre outros. As lutas da favela são relacionadas à garantia desses direitos. **Moradoras(es) nunca pediram a presença ostensiva da polícia em seus territórios**.

Para construir políticas públicas de segurança pública para as favelas, é fundamental redefinir o enquadramento do debate sobre o tema. Historicamente, no Brasil, e em particular no Rio de Janeiro, a questão da segurança é pensada a partir de políticas públicas formuladas para garantir a “ordem social”, que seria ame-

8. SEGURANÇA PÚBLICA

açada por atores sociais específicos, como moradoras(es) de favelas. **Segurança pública, nesses territórios, é tratada como uma questão de segurança do Estado, estando dissociada das demandas da população e da garantia dos direitos humanos**.

A partir desse entendimento, políticas de segurança pública, justificadas pelo discurso da guerra às drogas, são implementadas sem diálogo com a população e sem a fiscalização do Ministério Público, que tem o dever constitucional de fazer o controle externo das polícias. Isso tem resultado na forte escalada da violência policial — marcada pelo racismo, machismo e LGBTfobia e lesbofobia institucionais —, da militarização da polícia, da criminalização e repressão de moradoras(es) de favelas e do genocídio da juventude negra e periférica. **É urgente criar políticas públicas de segurança pública que garantam os direitos básicos da população e construam, de fato, comunidades mais seguras**.

A LUTA POR SEGURANÇA PÚBLICA NO CPX

As favelas do Rio de Janeiro vivem uma política de extermínio. A atuação ostensiva da polícia, especialmente durante as operações policiais, interrompe a rotina de moradoras(es), limita sua mobilidade, invade casas, viola direitos e coloca em risco as vidas de quem circula nos territórios. É importante registrar que **o encontro para construir a agenda de políticas públicas para a população LGBTI+ deste Plano de Ação Popular ocorreria em 23 de julho de 2022, mas precisou ser adiado por causa da chacina policial ocorrida dois dias antes**. A operação resultou em pelo menos 20 mortos no Complexo do Alemão. A chacina aconteceu apesar das restrições impostas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), tendo sido uma das três maiores chacinas policiais da história do Rio de Janeiro.

Segundo a pesquisa Juventudes em Movimento, **55% das(os) moradoras(es) afirmaram que já sofreram ou conhecem quem sofreu algum tipo de violência por parte de agentes do Estado**. De acordo com o Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro, entre 2007 e 2019, 48% dos registros de mortes violentas nas UPPs do Complexo do Alemão foram homicídios "decorrentes por oposição à intervenção policial". 79% das mortes por causas violentas no Complexo do Alemão entre 2010 e 2019 foram de jovens negros (SIM/MS). Em Rodas de Diálogos recentes de moradoras(es), elas(es) consideraram que dados oficiais como esses são subnotificados; na realidade, os números são ainda mais preocupantes.

Moradoras(es) do bairro sempre se organizaram para discutir o tema, denunciar a violência urbana, as graves violações do Estado e os abusos de poder das polícias, propondo soluções para construir uma comunidade mais segura e potente. Atuam nesse sentido, por exemplo, o Papo Reto, um coletivo de comunicação independente composto por jovens ativistas dos Complexo do Alemão e do Complexo da Penha, e o Voz das Comunidades, jornal comunitário independente fundado no Alemão. **O objetivo é não perder de vista as denúncias, mas reenquadrar a forma como se enxerga a favela: ela não é apenas um lugar onde surgem problemas de segurança pública, mas um território com enormes potencialidades.** Esses coletivos fazem amplo uso das redes sociais para denunciar que **as favelas vivem uma política de extermínio** e mostrar como essa política é **fortemente racializada**. Afinal, quem mais morre em

decorrência das operações policiais são os jovens negros. Assim, coletivos como esses divulgam informações e dados sobre violência na favela que não são divulgados pela mídia convencional e buscam contribuir, junto com moradoras(es) e organizações locais, para produzir dados sobre a realidade que vivem.

Moradoras(es) também chamam a atenção para a urgência de se construir uma política de segurança pública efetiva que combata a violência contra as mulheres e as pessoas LGBTI+. Duas das demandas são a reestruturação das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM) e a ampliação dos Núcleos Integrados de Atendimento à Mulher (Nuiam). Também denunciam a não realização de perícias dos assassinatos da população LGBTI+ e as abordagens violentas e frequentes que essas pessoas sofrem por parte de agentes de segurança. Em todos os encontros de preparação para este Plano de Ação Popular em que se discutiu o tema, participantes observaram que **a sensação de segurança varia entre diferentes grupos sociais e também entre os diferentes territórios do Complexo**.

Além disso, muitas(os) moradoras(es) se sentem mais em risco fora da favela do que dentro dela, por conta da possibilidade de assaltos e de abordagens truculentas por parte da polícia nas ruas da cidade. **Para se construir uma comunidade segura, então, é fundamental considerar como a questão de gênero e a questão racial impactam diretamente na forma como as pessoas percebem e experienciam a sensação de segurança, tanto dentro da favela como fora dela**.

COLETIVO OCUPA ALEMÃO

Na manhã de 26 de novembro de 2012, o jovem Mário Lucas, 18 anos, morador do Morro da Fazendinha, no CPX, foi cruelmente assassinado por dois PMs à paisana dentro de sua própria casa. Dois dias depois, veio o toque de recolher na favela do Borel. Estes dois episódios foram o estopim para que o jovem empresário e estudante de publicidade Luciano Garcia, morador do CPX, se reunisse com um grupo de amigos do Borel e do Alemão e, juntos, promovessem um evento de repúdio à violência policial das UPPs. Daí, surgiu o coletivo Ocupa Alemão, centrado nas questões de direitos humanos a fim de (re)virar um movimento organizado de favela de maioria negra. O coletivo nasceu pela morte, pela dor, causada pelo racismo institucional, pela violência do Estado ao negro e ao favelado. (Adaptado do verbete "Ocupa Alemão" do Dicionário de Favelas Marielle Franco)

ENCONTRO TEMÁTICO:

SEGURANÇA PÚBLICA NO ALVO

Para discutir o tema da segurança, moradoras(es) do Complexo do Alemão se reuniram no encontro temático Segurança Pública no Alvo, realizado em 6 de julho de 2022, na sede do Coletivo Papo Reto. Juntas(os), levantaram problemas que enfrentam em seu cotidiano e propuseram soluções. Para nortear o debate, foram convidados Fransérgio Goulart, coordenador executivo da Iniciativa Direito, Memória e Justiça Racial, e Thainã de Medeiros, cofundador do Papo Reto.

Uma questão fundamental discutida foi a urgência de se acabar imediatamente com as operações policiais nas favelas. **Não existe operação policial "mais humana": em todas elas há violações de direitos.**

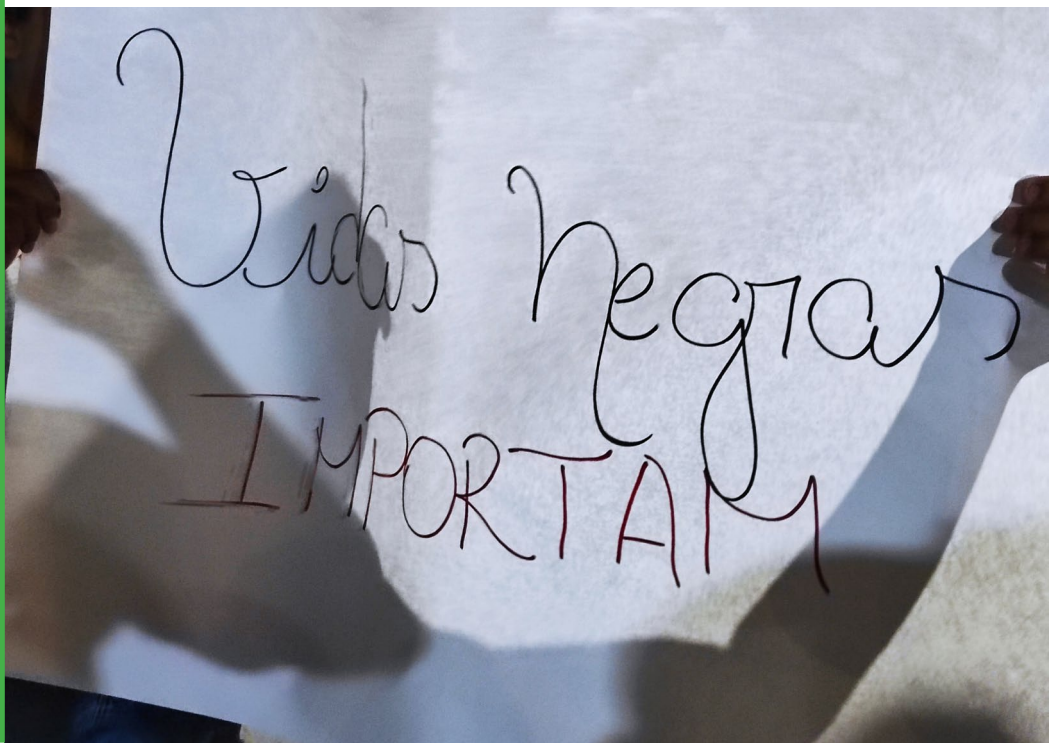
Duas perguntas orientaram o debate: **o que o Complexo do Alemão entende como comunidade segura? Como seria uma comunidade mais segura?** Para respondê-las, as(os) participantes concordaram que **segurança não é sinônimo de incursão da polícia nas favelas**; ou seja, lutar por políticas de segurança não é a mesma coisa que lutar por mais políticas de "segurança pública". Essas políticas devem contemplar as mais variadas esferas de nossas vidas, como educação, mobilidade urbana e segurança alimentar. Por exemplo, as políticas para a juventude, principal vítima da violência policial no Alemão, precisam ser mais abrangentes e universais, garantindo auxílios pedagógicos e financeiros para que jovens tenham acesso a oportunidades e possam fazer boas escolhas para seu futuro.

Para formular políticas públicas de segurança pública, então, **é importante pensar em outros atores envolvidos, além das polícias, como o Ministério Público**. É preciso discutir com especialistas, ad-

vogadas(os), poderes locais, entre outros, as formas como a população quer dialogar com o MP e outros atores do sistema de segurança para se chegar a soluções.

Foi registrada a importância de se construir políticas públicas a partir das necessidades da população. Para isso, duas ações são fundamentais. (1) Sabe-se que dados sobre violência e segurança são subnotificados e não representam a realidade. Assim, **as organizações do território precisam se articular para produzir dados e informações que possibilitem entender o perfil da população e suas demandas**. (2) Além disso, **é preciso haver uma escuta ativa das(os) moradoras(es)**. Um dos desafios é a mobilização para o debate: precisamos gerar participação entre instituições, religiosas(os), comerciantes, educadoras(os), agentes de saúde, entre outros atores, para que o tema da segurança seja repensado e passe a contemplar a garantia dos direitos humanos.

Os problemas e as soluções apresentados a seguir são resultado dessas discussões, sendo tanto uma agenda de políticas públicas como uma pauta de luta.



8. SEGURANÇA PÚBLICA

8. SEGURANÇA PÚBLICA

ALGUNS DOS NOSSOS PROBLEMAS:

As favelas são vistas pela sociedade em geral como espaços criminalizados, onde as mortes são normalizadas e banalizadas.
Falta de acesso a direitos básicos no território do Complexo do Alemão.

A violência contra a juventude negra é estrutural na cidade do Rio de Janeiro e no Complexo do Alemão. Jovens negros são os que mais morrem em decorrência de operações policiais nas favelas.

Existe uma diferença grande entre comunidade segura e a implementação de políticas de segurança pública para as favelas. Essas políticas são apresentadas como única solução para os problemas de segurança.

A política de segurança praticada pelas polícias na favela responde mais a uma visão da sociedade em relação ao espaço favelado, e menos à demanda de moradoras e moradores do Complexo. Essa divergência tende a ampliar os confrontos nas favelas.
Operações policiais, que resultam em mortes de moradoras e moradores, têm foco em favelas de grupos armados específicos e dizem respeito a disputas de poder que possam favorecer o Estado.

Falta de investigação externa das operações policiais pelo Ministério Público.

Chacinas como projeto político, deixando de lado outras demandas do Complexo do Alemão, como saúde, educação etc.

A ocorrência de chacinas passa a visão de que mortes na favela geram resultados contra a violência na cidade. A eficiência de política pública de segurança é refletida pela contabilização de corpos negros. A guerra na favela, uma ferramenta política, não é a solução, uma vez que as drogas e as armas não são produzidas na favela.

O Complexo do Alemão e a Vila Cruzeiro convivem com intervenções federais, pelo menos, desde 2006. O caveirão foi introduzido nesse período, como uma reprodução do Estado e do apartheid sul-africano. Ocorreram, durante as operações, recorrentes denúncias de policiais militares do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) atuando

ALGUNS DOS NOSSOS PROBLEMAS:

disfarçados de militares do exército.

- Durante operações políticas ocorrem invasões de casas com violações de direitos humanos e humilhações de moradoras e moradores.

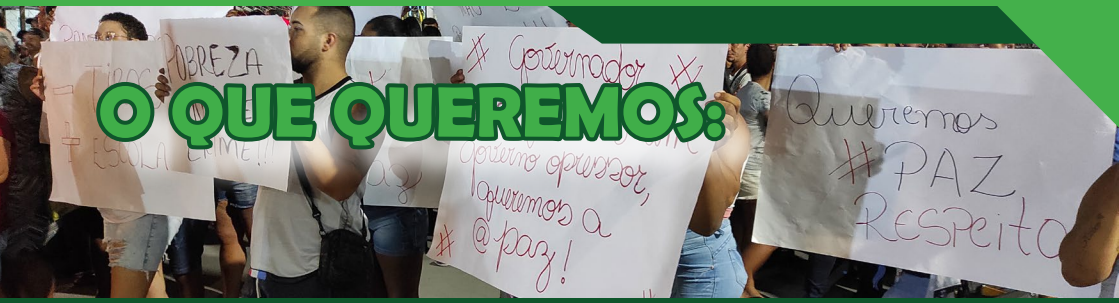
- Falta de transparência sobre os policiais que cometem abusos, embora o rosto de moradores e moradoras sejam sempre expostos nas mídias.

- Diferença entre “pista” e “favela”: a mesma polícia que atua de maneira “humana” na fora da favela, ao entrar nela trata moradoras e moradores de maneira violenta e com desprezo.

- Desrespeito aos direitos dos cidadãos (a violação de direitos começa assim que o policial diz “para” ao morador).

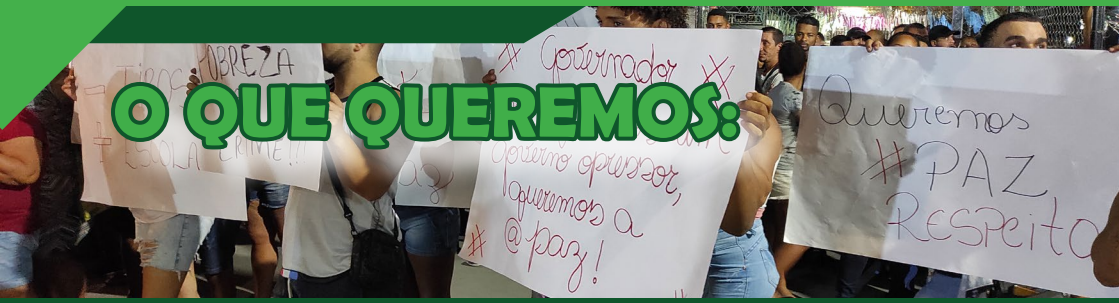
- Baixo engajamento da população no debate sobre segurança pública.

8. SEGURANÇA PÚBLICA



O QUE QUEREMOS:

- Parar imediatamente com as operações policiais.
- Condenar o Estado pelos crimes cometidos contra as populações de favelas.
- Reduzir recursos destinados às polícias e aumentar o financiamento para áreas como saúde e educação.
- Dar oportunidades para candidatas(os) e políticas(os) do campo progressista conversarem com a população e desconstruirem mitos sobre segurança pública.
- Ocupar os equipamentos públicos direcionados para atender as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), a exemplo das estações do teleférico, com serviços educacionais, de lazer e cultura.
- Garantir que Ministério Público cumpra seu dever de fazer o controle externo da atividade policial. Abrir investigações diante de ações violentas e arbitrárias por parte do Estado e das forças de segurança nos territórios de favela.
- Garantir a realização de perícia após as operações policiais. Isso é negligenciado, dificultando a investigação de crimes contra moradores.
- Assegurar a realização de perícias dos assassinatos de pessoas LGBTI+.
- Pensar estratégias junto a advogados, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outros parceiros.
- Obrigar o uso de câmeras nos uniformes dos policiais, principalmente durante operações na favela.
- Formar agentes de segurança pública em direitos humanos para coibir a violência.
- Incentivar, por meio de financiamento público, a produção de dados, a partir das organizações do território, sobre operações policiais nas favelas. Esses dados, que devem ter recorte de raça e de gênero, são fundamentais para se pensar políticas públicas de segurança.



O QUE QUEREMOS:

- Produzir um censo, a partir das organizações do território, para entender o perfil dos moradores do Complexo do Alemão, suas necessidades e as principais demandas por melhorias no território. As metodologias utilizadas pelo IBGE não contemplam as particularidades das favelas.

- Oferecer cursos de formação em segurança pública para mototaxistas, alunas(os) de escolas públicas, cursos comunitários e para a população em geral, interessados pela temática dos direitos humanos e as formas de abordagens e ações policiais.

- Estimular debates políticos na favela, privilegiando os espaços das escolas, com foco nas formações políticas e em trabalhos de base.

- Fortalecer diálogos com as universidades públicas. Discutir sobre como fazer pressão junto a universidades para compreender a formação da perícia e debater a formação de peritos antirracistas.

- Talvez pensar uma perícia ligada a ouvidorias e não ligadas com a polícia civil: o perito não pode ser um policial.

- Fortalecer os intercâmbios entre favelas.

9. EDUCAÇÃO

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA
2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL
5 IGUALDADE DE GÊNERO
8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Artigo 6º da Constituição Federal: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

“Minha sobrinha chegou na oitava série sem saber ler. Teve que ir para escolinha Dandara dos Palmares, lá tem explicadoras voluntárias, e a minha filha que entrou na Uerj também é voluntária lá”

— Mara, mãe e moradora do Complexo do Alemão

PARA QUE CONSTRUIR POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO?

Moradoras(es) de favelas e periferias sofrem historicamente com problemas estruturais que violam o seu direito à educação de qualidade. Conflitos armados e operações policiais recorrentes fecham creches e escolas, afetando as suas garantias de efetividade, trazendo ainda mais desigualdade social, preconceitos, confrontos e mais mortes do que oportunidades de desenvolvimento. Isso gera traumas psicológicos em alunas(os) e funcionários que trabalham nesses territórios, aumenta a taxa de evasão escolar e, por consequência, a mão de obra para a criminalidade não só nas favelas, mas por toda a cidade. As favelas sofrem, também, com escolas e creches sem estrutura e em baixa quantidade. Esse cenário foi agravado durante a pandemia de Covid-19, que deixou grande parte das(os) estudantes sem aulas por falta de acesso à internet.

Precisamos de políticas públicas para a educação que contribuam para melhorar a qualidade do ensino, garantir a acessibilidade nas escolas e creches, corrigir desigualdades e combater o racismo como elemento estruturante da sociedade brasileira. A educação se tor-

na um tema ainda mais relevante tendo em vista a sistemática exclusão das populações socialmente vulneráveis e racialmente marcadas do ensino formal no Brasil e, por consequência, do mercado de trabalho, tendo impacto direto em suas perspectivas de futuro.

A LUTA POR EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NO CPX

Quando perguntados, na pesquisa Juventudes em Movimento, sobre o que pode ser feito para melhorar as condições de vida no território, moradoras(es) indicaram ensino de qualidade gratuito como a segunda demanda mais importante entre as dez elencadas, logo depois de saúde pública.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE, **em 2010 a taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais no Complexo era de 7%, enquanto no Rio de Janeiro era 2,4%, valor quase três vezes menor**.

Também segundo o Censo, 36% da população do território tem até o ensino fundamental incompleto; 24% completaram o ensino médio e somente 5% acessaram o ensino superior. Entre as crianças até cinco anos de idade, 46% não frequentam escolas — a taxa é 5% maior que a do Rio de Janeiro. E 27% dos jovens de 15 a 17 anos não estão incluídos no sistema educacional — mais que o dobro dos valores encontrados na cidade.

Um dos maiores problemas enfrentados no território é a falta de infraestrutura adequada em escolas e creches. O Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2018 mostrou que **35% dos alunos do ensino fundamental do Complexo frequentam escolas sem laboratório de informática e biblioteca**.

Os dados mostram, ainda, que **somente 12% das(os) 648 professoras(es) atuantes no Alemão têm ensino superior completo**. Há também um grande déficit no que diz respeito à formação específica em temas sobre inclusão e diversidade social. **Entre essas(es) educadoras(es), apenas três tem formação continuada em gênero e diversidade sexual, relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e africana.**

A meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE) para 2010–2020 objetivava garantir que todas(os) as(os) professoras(es) da educação básica tenham formação específica de nível superior e formação continuada. O plano prevê também a universalização e o aumento da média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado em 2007 pelo Inep, para as quais se projetam, entre outras coisas, a ampliação e instalação de bibliotecas e a universalização do acesso à internet.

9. EDUCAÇÃO

Os dados sobre o Complexo do Alemão mostram os enormes desafios para atingir esses objetivos no território.

Outro dado fundamental diz respeito à **demanda das(os) moradoras por acessibilidade no território e, mais especificamente, nas escolas e creches públicas**, como estrutura e atendimento adequados, atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncionais e dependências e vias adequadas. Conforme o levantamento de dados realizado, **não há escolas que atendam a todos esses critérios simultaneamente no território, o que mostra uma grave violação de direitos**.

Os dados aqui apresentados foram discutidos em Rodas de Diálogo realizadas com jovens moradoras(es). Elas(es) destacaram que **o contexto de violência em que vivem, com ocorrência de tiroteios e, inclusive, de violência policial dentro dos ambientes escolares, é um fator que afeta diretamente a permanência nas escolas e continuidade dos estudos**. Outro aspecto apontado foi o **pouco acolhimento às diversidades no ambiente escolar**, que distanciam as crianças e as(os) jovens desses espaços. Também destacaram a necessidade de muitas(os) jovens conciliarem atividades de trabalho com a continuidade da formação. **Acrescenta-se ainda, para as jovens mulheres, a necessidade de conciliarem com atividades de cuidados da casa e da família.**

Diante do abismo das desigualdades no acesso à educação de qualidade, moradoras(es) e coletivos locais sempre se articularam na luta por direitos básicos, oferecendo apoio e suporte em espaços no território, como o Espaço Democrático de União, Convivência, Aprendizagem e Prevenção – Educap, criado em 2008 e dedicado à promoção dos direitos humanos na comunidade, especialmente no que diz respeito à educação e saúde. Mas, sozinhas(os), não conseguem dar conta de todas as mudanças urgentes e necessárias.

Por isso, **exigimos que, em vez de mais polícia no território, os poderes públicos invistam em mais educação e formulem políticas públicas que garantam o direito de moradoras(es) à educação**.

ENCONTRO TEMÁTICO:

EDUCAÇÃO: A LEITURA DO MUNDO

O encontro Educação: A Leitura do Mundo foi realizado em 1º de setembro de 2022, na Vila Olímpica Jorginho da SOS. Foram convidados dois professores da rede pública estadual de educação, Rebeca Martins de Souza e Igor Fernandes Viana. A mediação ficou por conta de Leonardo Nia, do Ocupa Alemão, coletivo voltado para as questões de direitos humanos.

O encontro foi marcado por pautas referentes à reforma do ensino médio e à inclusão de alunas(os) portadoras(es) de necessidades especiais. Outro destaque foi relacionado às condições estruturais das escolas, em especial os problemas no ambiente físico, as condições de trabalho, o acesso à merenda nutritiva de qualidade e as formas de avaliação do aprendizado.

Pontuou-se ainda que **a falta de repasse de verba pública colabora para uma educação deficiente**, que oferece poucas perspectivas para alunas(os), educadoras(es) e também para os pais e responsáveis, que depositam na escola a esperança de melhores oportunidades e melhoria de vida para suas famílias.

Problemas e soluções relativos à educação também foram levantados nos encontros Mulheres na Linha de Frente e População LGBTI+: Protagonismo no Alemão. A intersetorialidade entre os encontros reforça o imperativo de se construir políticas públicas para a educação que considerem as especificidades dos diferentes grupos sociais e sejam orientadas pelo valor da equidade e pela justiça de gênero.

Os problemas e soluções apresentados a seguir visam garantir a moradoras(es) do Complexo do Alemão o seu direito à educação e os seus direitos básicos.

9. EDUCAÇÃO

ALGUNS DOS NOSSOS PROBLEMAS:

Conflitos e operações policiais na favela fecham creches e escolas e impedem a ida até elas.

Falta de escolas no território para atender toda a população.

Falta de creches no território para crianças a partir dos seis meses de idade.

Falta de estrutura nas escolas e de manutenção das estruturas existentes.

A inclusão para pessoas com deficiência (PCD) e pessoas com necessidades especiais (PNE) é quase inexistente. Crianças autistas, por exemplo, não têm o apoio necessário. A legislação especializada não vem sendo cumprida.

Há escolas sem laboratórios de informática ou com laboratórios fechados.

Algumas escolas e creches não oferecem merendas de qualidade. Redução dos recursos públicos destinados à merenda.

Há uma falta estrutural de professores.

Há uma precarização e desvalorização dos professores, seja por receberem salários baixos, seja pela péssima condição de trabalho.

Educação de Jovens e Adultos (EJA) de baixa qualidade, com poucos professores.

Há um problema em termos de dificuldades de aprendizagem. Os problemas enfrentados pelas escolas e professores acabam contribuindo para que os alunos tenham que buscar auxílio de explicadoras.

A pandemia gerou evasão escolar por conta da falta de apoio e ações educativas amplas e emergenciais. O exemplo foi a educação remota, que não funcionou na favela.

Falta de apoio psicopedagógico junto a alunos e pais.

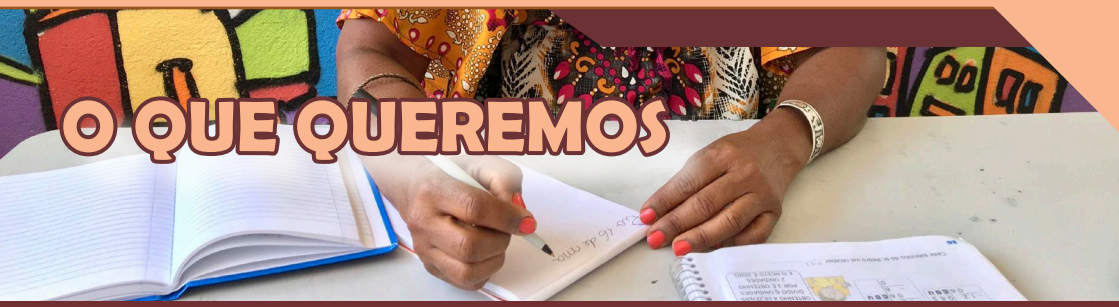
Alunas e alunos não gostam da escola, especialmente os alunos considerados diferentes, que perdem a autoestima na escola. Além disso, a escola ainda per-

ALGUNS DOS NOSSOS PROBLEMAS:

mite práticas racistas e bullying. É necessário melhorar as metodologias de ensino e produzir ambientes inclusivos.

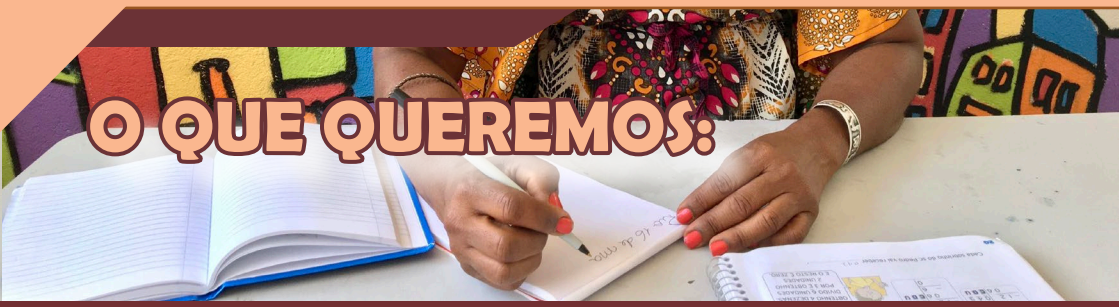
- Há turmas com excesso de alunos, o que fere as recomendações do MEC.
- Baixa participação social dos alunos na vida escolar e nas políticas públicas de educação.
- Escolas se fecham para a comunidade, dificultando o diálogo entre diretores e as famílias.
- A reforma recente do ensino médio reduziu a qualidade da educação justamente no último ciclo escolar.

9. EDUCAÇÃO



O QUE QUEREMOS

- Assegurar a ampliação da oferta de creches e escolas no Complexo do Alemão.
- Reformar e garantir a manutenção contínua das escolas, incluindo a oferta de refeitórios, bibliotecas e laboratórios de ciências e informática, entre outros equipamentos essenciais para a educação de qualidade.
- Garantir e fazer cumprir a legislação de acessibilidade para pessoas com deficiência (PCD) e o atendimento especializado a pessoas com necessidades especiais (PNE).
- Contratar e capacitar monitores para crianças com autismo, garantindo o atendimento básico previsto em legislação.
- Investir em educação pública de qualidade, com garantia de merenda nutritiva e de qualidade e acesso a material escolar. Aumentar os salários dos(as) professores(as) e funcionários(as), assegurando seu reajuste, e contratar e capacitar assistentes sociais para atuarem.
- Criar programa para diminuir a evasão escolar no território, principalmente após a pandemia, com um plano de nivelamento educacional.
- Criar uma rede com escolas públicas federais para que seus projetos cheguem até as favelas, entre elas o Complexo do Alemão.
- Criar programa de formação de professores e professoras locais.
- Oferecer, em creches e escolas, atendimento psicológico e psicopedagógico.
- Garantir o cumprimento da legislação para a criação das escolas exclusivas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), assegurando a fiscalização para o não fechamento de turmas de EJA. Fazer uma busca ativa/levantamento de estudantes para EJA para comprovar a demanda do território e cobrar o poder público. Criar centros estaduais de educação de jovens e adultos (CEEJA) no território.
- Lutar por uma nova reforma do ensino médio.



O QUE QUEREMOS:

- Garantir a realização de eleições para as direções escolares.

- Abrir os espaços das escolas para a realização de atividades propostas pelas comunidades.

- Construir um campus de uma universidade popular no território, com recursos já assegurados do Instituto Federal do Estado do Rio de Janeiro (IFRJ).

- Desenvolver uma articulação interna, entre moradoras(es) do território, para cobrar e constranger o poder público, reforçando também as organizações da comunidade, e criar uma Comissão Local de Educação. Elaborar estratégias para atrair alunos para a escola e aproximar pais e responsáveis dos processos educativos, fortalecendo o diálogo com a comunidade e a luta pela educação.

- Fortalecer espaços representativos para alunas e alunos, viabilizando a articulação de estudantes na luta pela educação, e espaços informais de educação no território.

10. POPULAÇÃO LGBTI+

10. POPULAÇÃO LGBTI+

Artigo 5º da Constituição Federal: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)".

"A gente já é protagonista da nossa história há muito tempo, gente".

— Michele Seixas, ativista lésbica, uma das fundadoras e diretoras do Instituto Brasileiro de Lésbicas (IBL) e moradora do CPX

POR QUE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTI+?

Para construir políticas públicas para a população LGBTI+, **é fundamental dispor de dados e informações que subsidiem as discussões e a formulação de programas e ações**. **A falta de dados como esses é um problema crônico no Brasil**. Não temos informações demográficas básicas sobre a população LGBTI+, como a quantidade de pessoas e seu perfil social, geográfico, cultural e econômico.

Segundo uma pesquisa recente, o Instituto de Segurança Pública (ISP/RJ) "foi o primeiro e único órgão de um estado do Brasil a publicar um dossiê com as estatísticas oficiais, no âmbito da segurança pública, de crimes motivados por LGBTIfobia"[1], em 2017. **Ignorando demandas antigas de ativistas, o IBGE não incorporou, no Censo de 2022, perguntas sobre orientação sexual e identidades de gênero**. A população LGBTI+ continuará desconhecida por pelo menos mais dez anos, dificultando enormemente a construção de políticas de combate à LGBTIfobia, de promoção da cidadania e de afirmação de direitos.

A situação piora muito quando sabemos que, **no Brasil, a cada 24h uma pessoa é vítima de LGBTIfobia**. O Brasil tem sido o país em que mais se reporta assassina-

tos de pessoas trans e travestis no mundo; em 2021, a cada dez assassinatos desse tipo, quatro ocorreram aqui, acumulando 38,2% das mortes[2]. O gênero feminino é o maior alvo dessa violência letal, sendo 97,7% dos casos. Em relação ao lesbocídio (assassinato de mulheres lésbicas), observa-se uma tendência de crescimento expressivo ao longo dos anos. Entre 2014 e 2017, houve um aumento de cerca de 237% dos casos, passando de 16 a 54[3].

Como se pode ver, ativistas do movimento LGBTI+ e do movimento lésbico se articulam para realizar pesquisas, mas, sozinhas, não dão conta — e nem deveriam — de produzir dados suficientes e abrangentes para a construção de políticas públicas para proteger as vidas das pessoas LGBTI+ e garantir seus direitos básicos a saúde, educação, segurança, esporte, cultura, entre tantos outros que lhes são historicamente negados. Esse é um dever do Estado, que deve garantir, por meio de seus órgãos de pesquisa, que esses dados sejam produzidos e disponibilizados publicamente.

Exigimos, neste Plano de Ação Popular, que os poderes públicos cumpram seu papel, expresso na Constituição Federal, de garantir a pessoas LGBTI+ a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade e a punição de qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

1 INSTITUTO INTERNACIONAL SOBRE RAÇA, IGUALDADE E DIREITOS HUMANOS; PORTO, ISAAC. Qual é a cor do invisível? A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2020.
2 BENEVIDES, Bruna. Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. Antra, 2022.
3 *Idem.*

A LUTA DA POPULAÇÃO LGBTI+ DO CPX

O movimento LGBTI+ e, especificamente, a militância lésbica, são bastante articulados no Complexo do Alemão. Em 2019, ocorreu o primeiro encontro da Visibilidade Lésbica do Alemão, que já teve, desde então, três edições.

A pesquisa Juventudes em Movimento traz algumas informações sobre a população LGBTI+ que ajudam a traçar um perfil, mas são incipientes para formular políticas públicas para o território. As perguntas relativas às identidades de gênero e sexualidades foram feitas exclusivamente às pessoas jovens, entre 15 e 29 anos de idade. Entre elas, cerca de 11% se identificaram como parte da população LGBTI+. 98% das pessoas (48% homens e 50% mulheres) se identificam como cisgênero; apenas 1% das(os) jovens se declaram transgênero. Entre esses, 0,21% são mulheres trans e 0,68%, homens trans. Por fim, 1% das(os) jovens responderam "outros" (não binário ou outra definição). Em relação à sexualidade, 89% se declararam heterossexuais, 6%, bissexuais e 5%, homossexuais.

Merece atenção **a alta percepção da existência de discriminação contra as pessoas LGBTI+ no território**. 74% das(os) jovens disseram já ter sofrido ou conhecer alguém que sofreu ou foi discriminada(o) por ser homossexual. Segundo elas(es), esse é o principal motivo para se sofrer discriminação na comunidade em que vivem. Além disso, 51% declararam já ter sofrido ou conhecer alguém que sofreu ou foi discriminada(o) por ser trans.

A pesquisa traz dados sobre a percepção das mulheres sobre o direito à saúde e à segurança das trans. **Para 55% das moradoras, as mulheres transgênero não têm acesso a serviços públicos de saúde de modo adequado e não discriminatório no território**. Para 69% das moradoras, as mulheres cisgênero sofrem violência pelo fato de serem mulheres; **para 75%, as moradoras trans sofrem violência pelo fato de serem mulheres**.

Tendo em vista que os problemas enfrentados pela população LGBTI+, em seus diferentes graus de vulnerabilidade, são atravessados por marcadores de gênero, raça e classe social, **moradoras(es) destacam que os problemas e as potencialidades relacionadas à vivência de pessoas LGBTI+ no Complexo do Alemão não podem ser consideradas de forma isolada das demais temáticas que compõem este Plano de Ação Popular**. A LGBTIfobia e a lesbofobia institucionais, o machismo e o racismo atravessam todos os eixos temáticos e agravam os problemas levantados, demandando soluções que se atentem a isso.

10. POPULAÇÃO LGBTI+

ENCONTRO TEMÁTICO:

POPULAÇÃO LGBTI+: PROTAGONISMO NO CPX

Em 20 de agosto de 2022, no Mês da Visibilidade Lésbica, o Instituto Brasileiro de Lésbicas (IBL) realizou, juntamente com outras redes, grupos e lideranças do movimento LGBTI+, uma conversa com moradoras(es) do Complexo. Pensando o protagonismo das pessoas LGBTI+ no território, o objetivo foi elaborar uma agenda de políticas públicas que contemple as especificidades dessa população. O encontro aconteceu na sede da ONG Espaço Democrático de União, Convivência, Aprendizagem e Prevenção – Educap e reuniu cerca de 30 pessoas, que circularam no espaço durante o dia.

A conversa foi mediada por Michele Seixas, Marcia Brito, Carol Nascimento e Thaísa Medina, ativistas lésbicas e fundadoras e diretoras do IBL. A convidada para contribuir para a construção do Plano foi Fátima Lima, nordestina, sapatão, negra, antropóloga e professora da UFRJ. Além disso, Pam Mariano, massoterapeuta e percussionista, organizou uma dinâmica para facilitar o encontro entre as pessoas e começar bem o dia. No debate, foram levantados problemas enfrentados cotidianamente por moradoras(es) do Alemão e de outras favelas, mas também se discutiu seus desejos, afetos e potencialidades.

Marcaram presença ativistas lésbicas históricas, como Virgínia Figueiredo, a primeira candidata à vereadora assumidamente lésbica no Brasil, e Rosângela Castro, ativista lésbica e antirracista e educadora social. **As histórias dessas e de tantas outras mulheres lésbicas que estavam lá acumulam anos de luta política e têm uma enorme importância não apenas para o movimento LGBTI+ e para o movimento lésbico, mas para as mobilizações e lutas de todos os grupos vulneráveis que sofrem processos sócio-históricos de exclusão**.

Michele Seixas, moradora do Complexo, abriu a discussão apresentando um panorama do movimento de lésbicas no Brasil, que já tem mais de 45 anos, e valorizando a longa história do movimento LGBTI+, inclusive dentro das favelas. **As falas de todas as mulheres marcaram a importância de se considerar as particularidades do movimento lésbico, uma vez que mulheres lésbicas sofrem não apenas com a LGBTIfobia, mas também com o machismo, e reforçaram a urgência de se enfrentar a lesbofobia institucional no país**.

Além disso, as participantes compartilharam algumas preocupações atuais fundamentais, especialmente para moradoras(es) de favelas, como a força da lesbofobia e da LGBTIfobia no Rio de Janeiro, o perigo das tendências fundamentalistas nas favelas cariocas e o fato de que as pessoas LGBTI+ têm sensações desiguais de segurança nos diferentes territórios do Complexo do Alemão.

As participantes reivindicaram que a população LGBTI+ não seja reconhecida no Complexo e nas demais favelas simplesmente como cota, mas que seja efetivamente incorporada nas discussões e nos processos decisórios envolvendo o território. Foi sugerido que todas as organizações locais assinem uma carta registrando esse reconhecimento.

Os problemas e as soluções apresentados a seguir são resultado de uma rica sistematização das experiências vividas e da construção coletiva de conhecimento sobre a população LGBTI+ do CPX. Eles foram levantados por meio de uma metodologia participativa baseada nos princípios da educação popular, marcada pela valorização dos conhecimentos e das experiências das(dos) participantes. **Ficou claro, a partir das questões levantadas, que mesmo os problemas individuais são também coletivos, e a troca de percepções e experiências oferece acolhimento, passa a sensação de pertencimento e fortalece a luta coletiva**.

10. POPULAÇÃO LGBTI+

ALGUNS DOS NOSSOS PROBLEMAS

SAÚDE

- Falta de escuta na porta de entrada do sistema de saúde.
- Médicos e médicas não escutam a população LGBTI+. Quem mais nos escuta são assistentes sociais e enfermeiras e enfermeiros.
- Falta de qualificação de profissionais de saúde, inclusive ginecologistas, para atender e escutar a população LGBTI+. Esses(as) profissionais não têm conhecimento sobre as especificidades dos corpos das pessoas LGBTI+, muitas vezes tratando pacientes como se fossem cis-heterossexuais.
- Invisibilização dos problemas de saúde das mulheres lésbicas, inclusive na saúde bucal, sem atendimento especializado e centros de referência. Profissionais de saúde não investigam os problemas de saúde quando as mulheres falam que são lésbicas.
- Dificuldade de acesso e de procura por atendimento médico por causa da lesbofobia.
- Falta de opção de atendimento por ginecologistas mulheres.
- Falta de informações sobre como se proteger de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) no sexo lésbico.

SEGURANÇA PÚBLICA

- Violência de Estado nas favelas.
- Insegurança da população LGBTI+ dentro e fora do Complexo do Alemão.
- Segurança desigual nos territórios do Complexo do Alemão.
- Desconhecimento dos agentes de segurança pública sobre a população LGBTI+. Abordagens violentas e frequentes por parte dos agentes de segurança pública. Atendimentos inadequados nas instituições, como nas delegacias de atendimento à mulher (DEAM).

ALGUNS DOS NOSSOS PROBLEMAS

EDUCAÇÃO

- Falta de formação continuada de professores e professoras em gênero e sexualidade. Segundo o Censo Escolar de 2018, dos 648 professores atuando no Complexo do Alemão em 2018, somente um (1) tinha essa formação continuada.
- Falta de qualificação profissional de pessoas LGBTI+ por conta da baixa escolaridade.

ESPORTE, CULTURA E LAZER

- Falta de opções de lazer dentro da favela.
- Exclusão de moradores e moradoras de favelas nos esportes.
- Mulheres LGBTI+ ganham menos nos esportes.
- O machismo e o preconceito impedem que atletas assumam suas identidades de gênero.

10. POPULAÇÃO LGBTI+

SAÚDE

Oferecer atendimento de pessoas LGBTI+ por equipes multiprofissionais no SUS. Garantir atendimento psicossocial e de assistência social, assegurando seu funcionamento em espaços seguros e equipados com infraestrutura técnica, a fim de garantir conforto e sigilo para pacientes. Sensibilizar a gerência de saúde para que lésbicas possam ser atendidas por mulheres.

Treinar e capacitar profissionais de saúde para o atendimento da população LGBTI+, garantindo sua formação continuada. Estabelecer diálogos com a academia para mudar a formação dos profissionais de saúde, especialmente médicas e médicos. Criar um fórum com os profissionais de saúde atuantes no território.

Criar um programa de acompanhamento das demandas específicas de saúde da população LGBTI+ que garanta exames inclusivos e tratamentos adequados e respeitosos.
Garantir os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres lésbicas. Criar um Centro de Referência da Saúde da Mulher Lésbica.

Implementar Ações Integradas de Saúde (AIS) para a promoção da saúde da população LGBTI+.

Realizar a Jornada de Saúde para debater e garantir o direito à saúde no território.

Criar um Comitê de Saúde para o controle das reclamações da população LGBTI+ relacionadas ao atendimento no território e estruturar um canal para recebimento de reclamações e denúncias.

SEGURANÇA PÚBLICA

Assegurar a realização de perícias dos assassinatos de pessoas LGBTI+.
Construir uma política pública efetiva de segurança pública para as favelas, com atenção às demandas e necessidades da população LGBTI+.

O QUE QUEREMOS:

- Formar agentes de segurança pública em direitos humanos para coibir a violência.

EDUCAÇÃO

- Incluir diversidade sexual e de gênero na formação de educadoras(es) e oferecer especialização de professoras(es) das escolas públicas em diversidade sexual e de gênero.
- Criar uma política de inclusão digital voltada para favelas, entre elas o Complexo do Alemão, que contemple a população LGBTI+.
- Realizar a Jornada de Educação com as escolas do Complexo do Alemão.
- Discutir diversidade sexual e de gênero nas escolas do território. Orientar professores e profissionais das escolas; fazer o acompanhamento de alunas e alunos; e fazer reuniões com responsáveis pelas crianças e jovens para discutir a questão. Incentivar a participação da comunidade escolar no acolhimento da população LGBTI+.

ESPORTE, CULTURA E LAZER

- Fazer debates de gênero e pelos direitos LGBTI+, em particular da moradoras(es) de favelas, nos esportes.
- Criar parques no território para cultura e lazer.
- Realizar atividades esportivas educacionais no Complexo do Alemão e estimular a realização de campeonatos esportivos estaduais em favelas.
- Utilizar os espaços das escolas do território para realizar atividades propostas por moradores e moradoras.

11. HABITAÇÃO

Artigo 6º da Constituição Federal: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, **a moradia**, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

“Moradia é um direito humano, moradia digna é um direito humano. (...) Nós não vamos morar no Teleférico!”

— Camila Moradia, líder do movimento por moradia no CPX e fundadora do Mulheres em Ação no Complexo do Alemão (MEAA)

PARA QUE CONSTRUIR POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO?

As políticas habitacionais no Brasil, historicamente associadas às políticas de urbanização, sempre foram insuficientes para atender às demandas da população. Um exemplo desse tipo de política é o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), criado em 2009 para facilitar o acesso à habitação no Brasil. O programa foi um marco na luta por moradia, um enorme impulsionador da economia e o maior programa de habitação popular da história do Brasil, mas, ao longo dos anos, foi sofrendo redução de verbas, até ser descontinuado, em janeiro de 2021, no governo Bolsonaro.

Nas favelas, a situação da falta de moradia é particularmente crítica. Esses territórios são marcados pelo déficit habitacional, pela violação de direitos e pela estigmatização e criminalização do movimento de luta por moradia digna. Moradoras(es) sofrem recorrentemente com remoções forçadas e violentas, muitas vezes justificadas pelas moradias estarem localizadas em “áreas de risco”, e são reprimidas(os) pelas polícias quando denunciam as violações de direitos da população durante as remoções e demolições de casas.

A LUTA POR HABITAÇÃO NO CPX

Uma das maiores articulações da luta por moradia no Complexo do Alemão começou em 2010, quando 600 famílias ocupavam a região onde ficava a antiga fábrica da Skol, fechada em 1994, em Inhaúma, e viviam em situação de extrema vulnerabilidade social. Naquele ano, o lugar, conhecido como Favelinha da Skol, foi atingido por um incêndio que deixou cerca de 3.000 pessoas sem casa.

O incêndio foi seguido por uma remoção forçada. A Secretaria Estadual de Obras do Rio de Janeiro, naquele contexto de expansão do PAC e de aumento da expectativa e esperança da comunidade por mais políticas públicas e investimentos na região, prometeu construir 640 apartamentos, além de uma área de lazer e esporte. As unidades habitacionais nunca foram construídas e as pessoas tentam sobreviver até hoje com o **benefício do Aluguel Social, no valor de R$400,00, sem reajuste há 12 anos**.

O auxílio não é suficiente para pagar aluguel, devido à especulação mobiliária. **Moradoras(es) lutam pela alteração dos decretos estaduais e municipais que impedem o reajuste do valor**. Além do Aluguel Social, uma solução oferecida pelo Estado é o reassentamento das famílias para lugares longe do território, desconsiderando a importância das redes de apoio e solidariedade e das escolas e demais estruturas às quais as pessoas são ligadas em seus territórios de origem.

Com a falta de amparo do poder público, moradoras(es) precisaram se organizar para iniciar uma luta interminável pelas unidades habitacionais prometidas e oferecer apoio às famílias removidas. Dessa luta, por exemplo, surgiu o coletivo Mulheres em Ação no Alemão (MEAA), coordenado por Camila Moradia, líder do movimento de luta por moradia digna no território. O coletivo oferece assistência social e cultural às mulheres e suas famílias de uma forma geral. Ele é um espaço de escuta, acolhimento e luta, onde as moradoras se ajudam no enfrentamento dos mais diversos problemas e desafios, entre eles a falta de moradia, em uma luta incansável contra as violências, os abusos e a vulnerabilidade social.

CANNABRAVA, Melissa. “Rene Silva e Renato Moura são detidos enquanto faziam cobertura de invasão no Alemão”. Voz das Comunidades, 1 out. 2016. Disponível em: https://www.vozdascomunidades.com.br/geral/rene-silva-e-renato-moura-sao-detidos-enquanto-faziam-cobertura-de-invasao-no-alemao/

Conforme a luta pelas unidades da Favelinha da Skol foi ganhando força, especialmente depois de uma audiência pública realizada no território, o caso ganhou projeção nacional. Sem atenção das autoridades públicas do Rio de Janeiro, moradoras(es) foram até Brasília protestar contra o descumprimento da promessa pela Secretaria e pela empresa responsável pelas obras. Chegando lá, descobriram que não havia nenhum programa do governo federal para recuperar as famílias removidas no Alemão.

Passaram-se mais de dez anos sem que o governo do Rio de Janeiro desse qualquer sinal de que resolveria o problema das famílias atingidas pelo incêndio. **Cerca de 100 pessoas faleceram sem receber a moradia digna prometida**. Foi só recentemente que lideranças conseguiram retomar o diálogo com o poder público.

Em 2016, cerca de 200 famílias ocupantes do terreno da favelinha da Skol foram removidas à força, por policiais da UPP do Alemão, sem ordem judicial. As pessoas resistiram e a PM usou gás de pimenta e balas de borracha contra elas; aquelas pessoas ainda tiveram suas casas destruídas. O terreno foi reclamado como propriedade do Estado e a Prefeitura do Rio considerou atender a uma demanda da população local para construir um campus de uma universidade popular, mas essa foi outra promessa jamais cumprida.

Hoje, em todo o Complexo do Alemão, estão sendo construídas 495 moradias, embora tenham sido prometidos 1.300 unidades habitacionais. As promessas continuam sendo feitas, mas ainda não se tem a garantia da construção das casas.

Os problemas e as soluções indicados a seguir apresentam uma agenda de políticas públicas habitacionais para o território. Por meio dela, moradoras(es) do Complexo do Alemão exigem que o Estado cumpra seu dever constitucional de garantir o direito à moradia digna.

11. HABITAÇÃO

ALGUNS DOS NOSSOS PROBLEMAS:

- Remoções forçadas e constantes.
- Mobilização da justificativa de “área de risco” para remoções forçadas.
- Aluguel Social há 12 anos sem reajuste.
- Abandono de projetos habitacionais no território.
- Reassentamentos de famílias para lugares distantes da comunidade, das redes de apoio e solidariedade e das escolas e demais estruturas.
- Necessidade de construção de mais unidades habitacionais no território, além do que já está sendo construído, para resolver o déficit habitacional.
- Estigmatização e criminalização do movimento de luta por moradia digna.

O QUE QUEREMOS:

- Alterar os decretos estaduais e municipais que impedem o reajuste do valor do aluguel social.
- Elaborar estudo técnico com o diagnóstico real do déficit habitacional e as condições de moradia no Complexo do Alemão, contando com a participação direta de moradores e coletivos da favela.
- Criar programas habitacionais que atendam a demanda do território e atuem de forma independente do governo federal.
- Identificar e utilizar imóveis e terrenos vazios e regulamentar o uso dos fundos de habitação municipal e estadual para a implementação de projetos de moradia popular.
- Integrar políticas urbanas (por exemplo, saneamento, mobilidade) à produção e à oferta de novas moradias no Complexo de Alemão.
- Elaborar instrumentos e políticas que garantam segurança jurídica aos moradores em relação à moradia.
- Criar conselhos e/ou comissões comunitários, formados por famílias diretamente impactadas pela questão habitacional, para organizar e conferir legitimidade à luta.
- Fazer cobranças direcionadas ao município, ao estado e ao governo federal.

FICHA TÉCNICA

Organizadores
ALAN BRUM PINHEIRO
SAMANTHA SALES DIAS

Projeto Gráfico e Diagramação
DAVID AMEN

Fotografias
ACERVO RAÍZES EM MOVIMENTO
EDILANO CAVALCANTE
HECTOR SANTOS
NATHALIA MENEZES

Revisão
SAMANTHA SALES DIAS

Produção dos Encontros Temáticos

1. Saneamento Básico e Saúde: ALAN BRUM PINHEIRO
2. Juventudes: GABRIELA SANTOS E RENÊ SILVA
3. Segurança Pública: THAINÃ MEDEIROS
4. Esporte: ALAN DUARTE
5. Meio Ambiente: ANA SANTOS E NATH SILVA
6. Educação: LEONARDO NIA
7. Mulheres: CAMILA SANTOS E LUCIA CABRAL
8. LGBTQIA+: MICHELE SEIXAS

Produção "Fórum Popular do CPX"
DAVID AMEN E ALAN BRUM PINHEIRO

UMA PRODUÇÃO COLETIVA

Realização

Instituto RAÍZES em MOVIMENTO

Apoio

NAS TRILHAS DE CAIRO

UNFPA Fundo de População das Nações Unidas

ICPD25

DECADE OF ACTION

CASA FLUMINENSE

agência do bem

ibase INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS

Parceria

COLETIVO PAPO RETO

AMIGOS do COMPLEXO do ALEMÃO

CEPEDOCA Centro de pesquisa, memória e documentação do Complexo do Alemão

CEM CENTRO de INTEGRAÇÃO SERRA DA MISERICÓRDIA

ABRAÇO CAMPEÃO

MEAA

ESCOLA QUILOMBOLA DANDARA DE PALMARES

OCA DOS CURUMINS

casa voz

IBL

VOZ DAS COMUNIDADES

PROJETO RESGATANDO A INOCÊNCIA MORRO DO ADEUS

educap

ViDançar

CresceE COMUNIDADE

INSTITUTO 01 Instituto Emergência Social do complexo do alemão

Ministério da Saúde

FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA ENSP

LTM Laboratório Territorial de Manguinhos - Fiocruz

TALENTOS DO MORRO

FÓRUM DE AÇÃO POPULAR DO CPX
Realizado em 10 de setembro de 2022
Vila Olímpica Jorginho da SOS
Complexo do Alemão - Rio de Janeiro / RJ

AGROECOLOGIA
EFSERJ
UNFPA
AR DO CPX
CENTRO DE INTEGRAÇÃO
MEAA
Vibancar

ANOTAÇÕES PESSOAIS

ANOTAÇÕES PESSOAIS

ANOTAÇÕES PESSOAIS

ANOTAÇÕES PESSOAIS

PLANO DE AÇÃO POPULAR DO CPX

COMPLEXO DO ALEMÃO
RIO DE JANEIRO - RJ
BRASIL
2022